

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 75ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Comissão

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/8/2019

Presidência do Deputado Roberto Andrade e da Deputada Marília Campos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 17/2019; Projetos de Lei nºs 1.033 e 1.034/2019; Requerimentos nºs 2.472, 2.475 a 2.499, 2.501 a 2.503 e 2.505 a 2.508/2019; Requerimento Ordinário nº 629/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 2.504/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos e de Cultura – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Virgílio Guimarães e André Quintão, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Cleitinho Azevedo – Registro de Presença – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

Abertura

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Virgílio Guimarães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Betão, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral do Estado, manifestando a posição contrária da Defensoria Pública do Estado à aprovação do Projeto de Lei nº 492/2019, que revoga a Lei nº 13.604, de 28/6/2000, e solicitando que o parecer que encaminha seja anexado ao referido projeto no decorrer de sua tramitação. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Nelson Missias de Moraes, presidente do TJMG, encaminhando nota técnica referente aos Projetos de Lei nºs 3.601/2016 e 870/2019. (– Anexe-se aos referidos projetos.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.160/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.918/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.420/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.532/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.982/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.001/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17/2019

Acrescenta o artigo 201 – A à Lei nº 869 de 05 de julho de 1952 e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acresça-se o art. 201-A à Lei nº 869 de 05 de julho de 1952, que contará com a redação seguinte:

"Art. 201-A – O servidor público estadual não perderá o vencimento, a remuneração ou salário do dia, bem como não sofrerá descontos em virtude de consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde de sua própria pessoa, desde que comprovado por atestado médico ou outro documento idôneo.

Parágrafo único – O disposto no caput aplica-se ao servidor que, nos mesmos termos e condições, acompanhar consulta, exame ou sessão de tratamento até o limite de 06 (seis) dias durante o ano:

I – de filhos menores, incapazes ou portador de deficiência física, desde que esteja sob sua guarda;

II – cônjuge, companheiro ou companheira;

III – dos pais, madrasta ou padrasto;

IV – curatelados sob sua responsabilidade.

Sala das Reuniões, 20 de agosto de 2019.

Deputado Professor Cleiton (DC)

Justificação: Um dos princípios fundamentais do Estado de Direito é o respeito à dignidade da pessoa humana.

Sabe-se que a Constituição Federal garante uma série de direitos aos servidores públicos e que boa parte desses foram regulamentados, no âmbito Estadual, pela Lei Nº 869/1952.

Em que pesem os grandes avanços e as reformas implementadas a partir de 1988, o caso é que há algumas situações que a Lei autoriza a licença e as concessões de afastamento dos servidores públicos sem que, contudo, lhes garanta o direito do servidor e de seus familiares, ao acompanhamento de consultas médicas, exames ou procedimentos de cirúrgicos.

Não se pode esquecer que é uma das tarefas do Estado zelar pela convivência familiar, devendo, assim, criar mecanismos normativos que permitam essa convivência e o amparo dos familiares nos momentos em que estão com a saúde fragilizada, ainda que de forma temporária.

Sabe-se que o estado psicológico do paciente é fundamental na recuperação da sua saúde e, da mesma forma, a presença física do servidor no seu posto de trabalho, muitas vezes está preocupado com um parente que comparece em alguma consulta médica, não é sinônimo de produtividade e de eficiência.

Flexibilizar um pouco essa relação e permitir o acompanhamento do servidor ao tratamento de pessoa da família, desde que comprovado através de documento idôneo, não é apenas um direito do servidor, mas a própria concretização de um direito fundamental.

Por tais razões, espera-se a aprovação da proposição ora apresentada.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.033/2019

Confere ao Município de Arinos o título de “Capital Estadual do Baru” e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Arinos o título de Capital Estadual do Baru.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2019.

Deputado Arlen Santiago (PTB)

Justificação: O Baru é um fruto típico do Cerrado brasileiro, e tem o sabor exótico, muito parecido com o do amendoim. O produto é consumido em forma de castanha e oferece diversos benefícios para a saúde, sendo considerado um alimento funcional.

A cidade de Arinos, localizada no Noroeste de Minas vem se destacando como importante polo produtor de castanha de Baru, gerando emprego e renda aos agricultores familiares. A castanha já é exportada para diversos países, inclusive Japão, Estados Unidos e Europa.

Este ano a Festa Nacional do Baru – Fenabaru –, completou a sua terceira edição na cidade com diversas apresentações culturais de fiandeiras da região além da realização de diversos seminários de inclusão de jovens e mulheres em sistemas agroextrativistas sustentáveis. Dentro da Festa também houve a realização de concurso gastronômico com premiação e apresentação de diversos pratos derivados do Baru, agregando valor ao produto e trazendo inúmeros visitantes para a festividade.

Arinos já se destaca como a Capital Nacional do Baru e faz jus ao reconhecimento oficial como "Capital Estadual do Baru".

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.034/2019

Declara de utilidade pública a Associação Casa Taskan Amor & Esperança, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Taskan Amor & Esperança, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de agosto de 2019.

Deputado Raul Belém (PSC)

Justificação: A Associação Casa Taskan Amor & Esperança, com sede no Município de Araguari, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em Março de 2017, que tem por finalidade assistir, promover e valorizar as pessoas e os grupos de pessoas menos favorecidas; oferecer oportunidades, meios e condições para a educação de base e habilitação profissional; o convívio e a fraternidade humana, a ação comunitária, a participação e a integração social; promoção da saúde, educação e inclusão digital, cultura, esportes, defesa, preservação e conservação do Meio Ambiente e do desenvolvimento sustentável e moradia popular.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto à religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que o Conselho encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias e não são remuneradas.

Por sua importância e por atender aos requisitos previstos na Lei nº12.972/98, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública, contamos com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.472/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que sejam suspensas novas tratativas visando a doação de trechos ferroviários desativados para municípios, tendo em vista os esforços do Estado para a retomada do funcionamento dessas ferrovias. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.475/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Central Única dos Trabalhadores pelos 36 anos de sua fundação.

Nº 2.476/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lair Ribeiro pelo brilhante trabalho desenvolvido como médico cardiologista e nutrólogo. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.477/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Hilton Viotti, da empresa Ponto Toc Fotografia e Publicidade, pela coordenação do projeto "Asas de Jacutinga", publicado pela Editora Bit Social. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 2.478/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para elevação da 5ª Companhia Independente de Bombeiros Militar, localizada em Sete Lagoas, a batalhão. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.479/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Luiz Guimarães Filho, ocorrido em 14/8/2019. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.480/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedido ao padre Marcelo Mendonça Rossi o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 2.481/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja enviado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para regularização de repasses financeiros para o Hospital Samuel Libânio, de Pouso Alegre, o Hospital Regional de Varginha, a Santa Casa de Itajubá, e o Hospital-Escola de Itajubá.

Nº 2.482/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que sejam retomados, de imediato, os atendimentos pelo Ipsemg nos hospitais sediados no Município de Contagem.

Nº 2.483/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ipsemg pedido de providências para implementação de estratégia de ação que priorize a celebração de convênios com instituições filantrópicas de assistência hospitalar e

para criação de tabela de procedimentos que remunere, com valores superiores à tabela básica do referido instituto, os serviços conveniados com entidades filantrópicas.

Nº 2.484/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Ipsemg pedido de providências para fortalecimento da rede de assistência à saúde e para implementação de uma ação estratégica com vistas a celebrar convênios prioritariamente com entidades de assistência hospitalar que já sejam conveniadas ao SUS no Estado.

Nº 2.485/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para atualização dos valores pagos pelo Estado aos hospitais conveniados aos SUS que aderiram a programas de fortalecimento dos hospitais, como o Pró-Hosp.

Nº 2.486/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à remuneração dos hospitais conveniados ao SUS, no Estado, pela produção e não pela contratualização, como é feito atualmente.

Nº 2.487/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Silvanei Batista Santos, prefeito de Porteirinha, pela ampliação, em mais de 12 bases, do Samu no Consórcio da Macrorregião Norte, beneficiando os Municípios de Bocaiúva, Francisco Sá e Monte Azul com unidades de suporte avançado, e Jequitaiá, Mirabela, Olhos d'Água, Curral de Dentro, Grão Mogol e Verdelândia com unidades de suporte básico.

Nº 2.488/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que seja criada uma comissão especial de acompanhamento do processo de prorrogação da concessão contratual da malha ferroviária da MRS Logística, sugerindo que essa comissão, em conjunto com a Prefeitura Municipal e com o Ministério Público de Meio Ambiente, elabore proposta para a plataforma logística de Minas Gerais e proposições para o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais na região de Juiz de Fora. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.489/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à MRS Logística em Juiz de Fora pedido de providências para que seja melhorada a iluminação na ponte de ferro na Avenida Rivelli, nesse município, bem como seja reforçada a guarda ferroviária na linha férrea localizada nos Bairros Poço Rico e Santa Tereza, visando a evitar acidentes envolvendo pedestres. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.490/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer sejam encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da comissão e pedido de providências para que o conteúdo das referidas notas taquigráficas seja anexado aos estudos para prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária MRS Logística. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.491/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer sejam encaminhados à MRS Logística as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária da comissão e pedido de providências para que as sugestões e apontamentos de problemas na operação da linha férrea localizada na região sejam considerados. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.492/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Sr. Alex Fernandes Santiago, promotor de justiça, pedido de providências para que seja elaborado termo de acordo entre a concessionária MRS Logística, as Comissões de Meio Ambiente e Pró-Ferrovias Mineiras da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora em que constem acordos e compromissos de investimentos da MRS, com recursos próprios, fora dos recursos provenientes da prorrogação da concessão, de manutenção do centro de operação durante todo o período da concessão renovada; de instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento das passarelas da empresa nas vias de Juiz de Fora, bem como das passagens de nível da malha ferroviária local, compartilhando as imagens com o projeto Olho Vivo da PMMG; de patrocínio de estudo de viabilidade do compartilhamento das linhas em Juiz de Fora para o transporte de cargas concomitante ao de passageiros; de elaboração de projeto de revitalização das margens do Rio Paraibuna, prevendo-se ciclovia, pista de caminhada,

espaço de convivência com bicicletário e equipamentos de ginástica, e sua imediata execução após a conclusão dos estudos e a prorrogação da concessão; de credenciamento de uma clínica veterinária para o atendimento a animais que por ventura se acidentem na linha; e, ainda, para que as demandas elencadas no acordo sejam consideradas adicionais às que serão assumidas pela MRS por força da renovação do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.493/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a conclusão das obras e o pleno funcionamento da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro.

Nº 2.494/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer sejam encaminhados ao promotor de justiça da Comarca de Patos de Minas e ao delegado de Polícia Civil de Patos de Minas pedido de providências para apuração da denúncia feita pelo Sr. Adenilson Rubim, que relatou que sua sobrinha, Roberta Pacheco, nascida em Três Marias, foi vítima de feminicídio cometido pelo namorado, com o qual, segundo ele, já vivia uma relação abusiva; e os trechos das notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da comissão em que foi feita a referida denúncia.

Nº 2.495/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para ampliação do horário de funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Montes Claros, que funciona de 8 a 18 horas, com horário para almoço, e não funciona nos finais de semana, considerando-se que, segundo estatísticas, a maioria dos casos de violência ocorrem nos finais de semana e feriados.

Nº 2.496/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para recuperação e manutenção da Rodovia MG-434, no trecho próximo à comunidade de Jurubeba, em São Gonçalo do Rio Abaixo.

Nº 2.497/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Segurança Pública e ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre a estrutura, os recursos humanos disponíveis e a área de ação da Patrulha Preventiva da Violência Doméstica – PPVD – na cidade e na zona rural de Montes Claros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.498/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão, para a melhoria no transporte coletivo metropolitano, em especial do Município de Esmeraldas, tendo em vista a situação precária dos coletivos e o alto custo da passagem. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.499/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à realização de parceria entre o Serviço de Proteção à Violência Doméstica – SPVD – do 19º Batalhão, no Município de Teófilo Otôni e região, e o Projeto Mulher Livre de Violência – MLV.

Nº 2.501/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regulamentação da oferta regular do ensino de língua espanhola nas escolas da rede estadual de ensino. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.502/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a possibilidade de oferta de ensino da língua espanhola nas escolas da rede estadual de ensino e sobre o número de educadores existentes no quadro de pessoal da secretaria aptos a lecionar essa disciplina. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.503/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH – do Ministério Público de Minas Gerais, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos – Conedh – e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de

providências para apuração, no âmbito de suas respectivas competências, de denúncia, relatada por Cleide Pereira Santos, gestante, na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, de possível violação de direitos, por ter sido removida do coletivo a caminho de Esmeraldas por fiscais da Setop e deixada sozinha nas proximidades da BR-040, às 20h30min, sob a alegação de que todas as cadeiras prioritárias estavam ocupadas, nenhum passageiro cedeu lugar para que ela se sentasse e ela não poderia continuar a viagem em pé.

Nº 2.505/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sete Lagoas – Saae – pedido de informações sobre suposto aumento na conta de água e sobre os fundamentos em que se baseia para definir o aumento, bem como o detalhamento de como se dá a referida cobrança.

Nº 2.506/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer sejam encaminhados, para as providências cabíveis, ao Conselho Regional de Medicina os trechos das notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da comissão nos quais consta denúncia feita pelo Sr. Adenilson Rubim, que relatou que sua sobrinha, Roberta Pacheco, nascida em Três Marias, foi vítima de feminicídio cometido pelo namorado, médico oftalmologista, ressaltando que o médico já era investigado e que no cumprimento do mandado de busca e apreensão em sua residência e escritório foram apreendidos diversos medicamentos de origem duvidosa, quantia elevada de dinheiro e aparelhos eletrônicos.

Nº 2.507/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam formadas três novas turmas do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais e que, para tanto, sejam convocados os candidatos excedentes no concurso público para admissão no CFO/2019 – PMMG.

Nº 2.508/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – Ampasa – pela comemoração de seus 15 anos de história na defesa da saúde. (– À Comissão de Saúde.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 629/2019

Do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja criado pela Assembleia Legislativa calendário comemorativo dos 300 anos de Minas Gerais, entre os dias 3 de dezembro de 2019 e 3 de dezembro de 2020, sugerindo, para tanto, a criação de comissão especial que definirá os eventos, datas e demais assuntos relacionados ao tema. (– À Mesa da Assembleia.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 2.504/2019

Da Comissão de Transporte em que requer seja formulado voto de congratulações com a Diretoria da BH Airport pela conquista do Prêmio Anual Airport Service Quality de Melhor Aeroporto da América Latina e Caribe, conferido pelo Airports Council International World, pela gestão do Aeroporto Internacional de Confins.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos e de Cultura.

Questões de Ordem

O deputado Inácio Franco – Sr. Presidente, ontem, não só eu, como a população de Pará de Minas, fomos pegos de surpresa com a notícia de que seria construído um novo presídio em Pará de Minas. E me mandaram até uma ata da reunião que foi realizada na Cidade Administrativa, no dia 19 de agosto, em que participaram o secretário adjunto de Segurança Pública, Dr. Gustavo, o

prefeito de Itabira, o Ministério Público e a empresa Vale. E a Vale estaria já autorizada a construir uma nova penitenciária em Pará de Minas. Com essa notícia que chegou, a população de Pará de Minas ficou alarmada, realmente ficou muito assutada. Isso tudo aconteceu, essa reunião, que foi realizada no dia 19, sem a participação do prefeito de Pará de Minas, dos representantes, deputados federais e estaduais da região de Pará de Minas. Ninguém sabia. Nós não estávamos sabendo de nada disso que estava acontecendo. Está aqui, na ata dessa reunião. A construção dessa penitenciária seria uma contrapartida da empresa pelo rompimento da barragem de Brumadinho. É um absurdo o governo querer que a Vale construa uma penitenciária, em Pará de Minas, sem ouvir a população. Parece que o prefeito de Itabira está querendo – isso – pela informação que tivemos. O prefeito não sabe o que é a construção de penitenciária. Queria também alertar a população de Itabira. A população não sabe, o prefeito não sabe das consequências da construção de uma penitenciária no município, como aconteceu no Município de Pará de Minas. Foi construída uma penitenciária lá, foi iniciada em 2002, eu estava prefeito de Pará de Minas. Na época, era o governo de Itamar Franco, eu pejejei e tentei interferir para que não fizessem essa construção em Pará de Minas, mas não consegui – eu, como prefeito. Foi feita uma penitenciária, em Pará de Minas, sem o alvará de construção, sem nada. Foi a mesma coisa de um trator, passou por cima de todos, das autoridades constituídas no município. Fizemos lá um ato de repúdio, levando mais de mil pessoas às ruas, protestando contra a construção dessa unidade prisional, naquele município. O problema não é a construção de uma penitenciária. Não é! A construção de uma penitenciária não tem problema. O problema é a consequência que isso traz para o município, como aconteceu. O que tivemos lá, a partir de 2002, nesses 15 anos, a evolução de ocorrência policial de furto, roubo e assassinato foi uma coisa absurda. O que acontece? O preso que vai para aquela unidade prisional – vai preso de Unaí, de Governador Valadares, de Montes Claros, do Estado inteiro, os presos vão para lá. As famílias se mudam, esse é que é o problema. As famílias se mudam, aí onera o sistema de educação e de saúde do município. Mudam pessoas sem estrutura nenhuma. Pessoas que estão ali, que mudaram sem estrutura, vão prostituir, drogar, roubar. O prefeito de Itabira não sabe o que o espera. Toda vida eu falei: a saída disso tudo é construir pequenas unidades, que atendam no máximo a comarca. O certo seria o município, mas que atenda a comarca. Isso é fruto do meio. O preso é fruto do meio, eles têm de estar ali perto da família. Não é fazer grandes penitenciárias e trazer pessoas do Estado inteiro, de outras regiões, para cumprir a sua pena ali. Não é isso! O Estado tem que mudar o... O pessoal de segurança pública tem que construir pequenas unidades, tipo Apac, para atender, no máximo, as comarcas. Com isso, tenho certeza de que não vai haver essa... Hoje, a gente está vendo o que acontece nos presídios. É uma verdadeira escola de criminalidade esses presídios. Lá, em Pará de Minas, foi construído um presídio para 400 vagas e tem 1.000 presos. É um absurdo isso que está acontecendo. Já entramos em contato com o secretário de Segurança e com o governador. É um absurdo. Pará de Minas não merece isso. Já entramos em contato com o governo do Estado, com o secretário para não construir essa unidade, em Pará de Minas. Nós não queremos. Pará de Minas não quer. Que construam pequenas unidades, atendendo, como eu falei, as comarcas. Muito obrigado, presidente.

O deputado Professor Irineu – Sr. Presidente em exercício, deputado Roberto Andrade, deputado Virgílio Guimarães. Sr. Presidente, eu apresentei, aqui nesta Casa, um requerimento, que foi aprovado hoje na Comissão de Meio Ambiente. O requerimento trata de uma audiência pública nesta Casa, para que a gente possa discutir a questão da água. Sou da cidade de Contagem, nossa querida Contagem, e tem me preocupado muito a questão da Represa Várzea das Flores, a qual o deputado Virgílio Guimarães conhece muito bem, e tantos outros deputados. Já houve época, em que essa represa tinha 23%, 30% da sua capacidade, nas épocas de crise, e hoje está vivendo um momento bom. A represa está na casa dos 80% da sua capacidade. Recentemente, há duas semanas, eu tive a oportunidade de conversar com o novo presidente da Copasa, juntamente com o deputado Arlen Santiago, que levou as demandas do Norte de Minas para aquela casa: um poço artesiano para atender quinhentas famílias, dois poços artesianos para atender não sei o quê, comunidade tal, que não tem água. Eu fiquei vendo tudo isso. Nas minhas visitas, também ao Norte de Minas, a gente vê o sofrimento das pessoas em relação à água. Não só no Norte de Minas como também em tantas outras regiões deste Estado de Minas Gerais. Nós estamos vivendo, em Contagem, um fato meio inédito. A represa é cercada de inúmeras nascentes, que abastecem tanto a parte de Contagem, quanto a parte de Betim; mas a maioria das nascentes está no Município de Contagem. Há dois anos, a

agência metropolitana, Virgílio, não sei se por uma pressão política, – autorizou que o município fizesse a aprovação do plano diretor. Nessa aprovação, toda a nossa área rural virou área de expansão urbana ou área urbana, o que nos preocupa muito, porque, quando a área é rural, a preservação é mais assegurada; na área urbana ou na área de expansão, há inúmeros empreendimentos sem nenhuma infraestrutura sendo construída ou sendo preparada para ser construída na região de Várzea das Flores. Próximo da ETE do Retiro, que já não comporta mais isso, está sendo construído um conjunto para abrigar 5 mil pessoas. Na verdade, esse pessoal não tem onde colocar ou depositar... Não há onde se fazer o tratamento do esgoto. Então, criou-se, realmente, uma situação delicada na cidade. Agora, para completar, nós recebemos também uma iniciativa do governo municipal, a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Nessa lei, certamente toda a área em torno da represa será loteada, e nós vamos ficar sem água. O estudo da Copasa diz o seguinte: se permanecer hoje sem mexer em nada, nós teremos água na região metropolitana, vinda de Várzea das Flores, por 27 anos. Se se fizer o que estão propondo, nós teremos água por 17 anos. Então, eu apresentei esse requerimento, que acho que interessa a todos. Imagine, a região metropolitana, sem uma represa daquele tamanho, e nós tendo que buscar água cada vez mais longe, certamente nós vamos pagar cada vez mais caro pela água servida aqui. Então, deixo esse apelo. Nós vamos convidar as pessoas para debater esse requerimento nesta Casa, porque eu acho que esse apelo não é de Contagem, mas de toda a região metropolitana, que está dentro desse contexto, dessa preservação, desse crescimento com sustentabilidade, porque o sistema hoje é interligado. Então, se você tira dali, tem de colocar alguma coisa no lugar. Porque realmente você não consegue ter por aqui um volume de água que, de fato, consiga abastecer a nossa região. Portanto, quero deixar aqui um apelo e dizer que precisamos pensar muito nisso. Essa é uma demanda premente deste momento agora, deste tempo que estamos vivendo: a questão da água. Não podemos, daqui a 15 anos, Sr. Presidente, voltar à Copasa, lá, igualzinho ao pessoal do Norte de Minas, com o sofrimento todo, pedindo para fazer poço artesiano – certamente é o que vai acontecer. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir – Caro presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos num momento em que o Tribunal de Justiça está procedendo a uma reforma da estrutura do Estado que envolve os cartórios dos distritos. Estivemos ontem no tribunal com o corregedor, que é o encarregado do primeiro levantamento de proceder à inclusão, incorporação, anexação desses cartórios dos distritos à sede do município. Ontem estivemos lá pautando dois municípios, dois distritos. O primeiro deles é um distrito de Campos Gerais, de nome Córrego do Ouro, que tem aproximadamente 4.000 habitantes, com uma economia invejável. Pela porção de terra, é o maior produtor de café do mundo. Não é na quantidade, é pela proporção de terras que o distrito tem. O distrito tem posto de gasolina, bancos, e esse cartório de Córrego do Ouro já foi anexado ao cartório da sede do Município de Campos Gerais. O pessoal de Córrego do Ouro com casamento marcado e o pessoal que precisa tirar notas – lá tem cooperativa – têm que sair do Córrego do Ouro e enfrentar quase 30km de estrada de terra para poder ir a Campos Gerais e proceder ao registro de nascimento, à emissão de documentos. Tudo isso está sendo feito, segundo informações, por uma decisão do CNJ – Conselho Nacional de Justiça –, que estaria solicitando as anexações dos cartórios que não têm rentabilidade suficiente para se proverem, aqueles com os quais o Estado precisa contribuir com recurso no final do mês para custear as despesas. Porém, não foi dado a nós, deputados estaduais, aos prefeitos, aos vereadores e às lideranças a oportunidade de se discutir cada uma dessas regiões. Deputado Virgílio Guimarães, muito atento e muito conhecedor, há cartório que se pretende anexar – região de Bocaiuva, Turmalina... São cartórios que têm mais de 150 anos. Você tem que ver. A legislação não pode ser fria, ela tem que ter o seu lado social. Cartórios com história da grandeza, do tamanho de Minas Gerais serão anexados para, posteriormente, esta Casa ratificar ou não a decisão do Tribunal de Justiça. O que este parlamentar quer na tarde de hoje com essa fala? Nós gostaríamos de ter a oportunidade de, no momento certo, antes da efetivação, a Assembleia de Minas, os deputados, os legítimos representantes da população sermos contemplados com essa informação e poder trabalhá-la com as lideranças que representamos aqui, na Assembleia. Se os cartórios que estão sendo anexados tivessem – rentabilidade maior que a sua despesa, não seriam fechados. Mas se a população local tiver a oportunidade de tomar conhecimento: “Olha, tem que ser assim. Se não for assim, vai ser assim”. “Prefeito, tem que ir às escolas, à comunidade falar com o pessoal para utilizar esse serviço”. Precisamos ter um caminho para iniciar. Como diz o ditado antigo, estamos pegando a gato pelo rabo. Já passou, mas estamos

tentando segurar. É preciso discutir também o cartório de Santo Antônio do Amparo, São Sebastião da Estrela. Trata-se de um distrito que é cortado por uma rodovia. Lá há empresas de exportação. Para sair do distrito e ir a Santo Antônio do Amparo, é uma dificuldade tremenda. Não há linha de ônibus. Então, a avaliação que quero deixar nesta Casa hoje é que nos organizemos. Além disso, que a comissão, que é aquela que mais tem, na sua nomenclatura, a diretriz com o TJ, possa nos brindar com um debate e que isso seja discutido antes da última decisão do tribunal, porque vai caber aos deputados lá na ponta ratificar ou não a decisão do TJ, cabe a esta Casa. Mas o prejuízo que isso pode causar, em decorrência desse período de anexação, não pode ser contemplado. É um prejuízo que não se busca, que não se resgata. Portanto, presidente, deixo, na tarde de hoje, uma fala para os nobres pares, as senhoras deputadas e os senhores deputados: o TJ está procedendo à anexação dos cartórios dos distritos nas sedes. Isso é uma coisa que já está efetivada em muitos casos, um prejuízo para o distrito, para aquela localidade. Para nós, que somos representantes, ficam as indagações: cadê o deputado, o nosso representante? Não estou omissos. Estou atento e vou trabalhar, pontuar todos aqueles que nos procurarem. E esperaria também uma manifestação desta Casa. Muito obrigado, presidente.

Oradores Inscritos

– Os deputados Virgílio Guimarães e André Quintão, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Cleitinho Azevedo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

A presidente (deputada Marília Campos) – Registro a presença, nas galerias, e aproveito para dar as boas-vindas aos estudantes do 8º ano da Escola Estadual Nilo Maurício Trindade Figueiredo, de Lagoa Santa. Sejam bem-vindos e bem-vindas a esta Casa do povo!

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 2.475/2019, da Comissão do Trabalho, 2.481 a 2.487/2019, da Comissão de Saúde, 2.493 a 2.495, 2.499, 2.503 e 2.506/2019, da Comissão de Direitos da Mulher, 2.496/2019, da Comissão de Transporte, 2.505/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 2.507/2019, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho – aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 21/8/2019, do Requerimento nº 2.379/2019, do deputado Gustavo Mitre;

de Direitos Humanos – aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 21/8/2019, dos Requerimentos nºs 2.101 e 2.102/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; e

de Cultura – aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 21/8/2019, dos Requerimentos nºs 2.332/2019, do deputado Coronel Henrique, 2.377/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, e 2.381/2019, do deputado Gustavo Valadares. (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O deputado Mauro Tramonte – Sra. Presidente que brilhantemente comanda os trabalhos hoje aqui na nossa Casa Legislativa, primeiramente, quero deixar um grande abraço aqui aos estudantes de Lagoa Santa. Um abraço a todos vocês, viu meninos? Tudo de bom. Sra. Presidente, desde o mês de agosto, mais de quinhentos municípios mineiros participam da VII Jornada do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, com o tema “Culinária e patrimônio”. Na edição deste ano serão promovidas ações que tratam dos modos de fazer, das receitas, dos lugares e práticas ligadas à alimentação, como seu preparo. As particularidades de cada região e seu patrimônio gastronômico também estão contempladas por essa – jornada. Segundo o secretário de Estado de Cultura e Turismo, Marcelo Matte, a gastronomia é um dos maiores patrimônios de Minas Gerais e uma ferramenta forte de fomento e incremento ao turismo no Estado. Ainda bem, porque agora o Estado está vendo dessa maneira o turismo e a gastronomia. A jornada promove esse patrimônio e abre diversas possibilidades de ativação econômica para os municípios participantes. Então, vamos deixar claro que, para saber quais são os municípios e as respectivas atrações, é só acessar a programação do site do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Isso demonstra o despertar do nosso estado para a nossa gastronomia como fonte de inspiração para o desenvolvimento, elevando ainda a nossa história e atraindo turistas e consequentemente movimentando o mercado de toda a localidade. Lembramos que nós fazemos parte da Comissão de Turismo e Gastronomia. Vamos continuar apresentando vários projetos, propostas e planos para que a gente possa desenvolver a gastronomia e o turismo em Minas Gerais. Quero dizer ao deputado Cleitinho que eu também recebi um e-mail sobre esse problema. Há anos que a gente fala sobre a superpopulação dos presídios, que são hoje verdadeiros depósitos de gente, não recuperam ninguém. Esses presídios são uma vergonha. Há anos fizeram aquela CPI dos presídios para constatar o quê? O que todo mundo sabe hoje é que estava ruim, que estava superlotado e que de lá para cá nada mudou, inclusive piorou. Piorou porque o Brasil, se não me engano, é o 4º país com maior população penitenciária do mundo, perdendo apenas para a China, os Estados Unidos e a Rússia. O Brasil é o 4º, para o senhor ter uma ideia. É um negócio alarmante! Hoje, como há décadas está acontecendo, o trabalho referente aqui a mudanças no nosso sistema carcerário, que já está completamente obsoleto – há falta de pessoal para tomar conta, o pessoal sai mais revoltado de dentro da cadeia, mais louco da vida... Você vê que a reincidência é uma coisa incrível, Sra. Presidente. A maioria das pessoas presas volta a fazer alguma coisa. A reincidência é de quase 90%, é muito alta. É difícil quem não tenha uma passagem por isso, por aquilo. E isso nós não queremos para a nossa sociedade. Nós queremos que o preso saia ressocializado de uma cadeia, mas que tenha condição de cumprir sua pena justa, porque nós não temos pena de morte, não temos pena de prisão perpétua, temos penas em que a pessoa tem que ir, sair e ser recuperada, mas para isso temos que ter condições, inclusive apoio aos agentes penitenciários, aos órgãos de segurança que sofrem com isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Bartô – Obrigado, presidente. Primeiro queria dar boas-vindas aos alunos e explicar que a Casa está um pouco vazia, em Plenário, pois realmente este é um momento em que cada um tem a sua pauta, coloca alguns posicionamentos, ficam todos aqui por trás conversando, articulando. É um momento quando se articulam um com o outro para despachar algum assunto, uma pauta de interesse, conversar com outro deputado que seja. E também há comissões que acontecem na Casa de temas específicos; projetos de lei que estão sendo votados e que têm que passar nas comissões específicas. Por exemplo, agente penitenciário apareceria na Comissão de Segurança, e por aí vai. Então, continuem acompanhando. Eu sei que é um pouco complicado. Nem sempre a gente tem interesse na política, mas é a política que rege o nosso país. Então, continuem realmente acompanhando. E, se for muita coisa para acompanhar, escolham um deputado, adotem um deputado e comecem a acompanhar o trabalho dele; vejam como ele se relaciona com a política como um todo, vejam se gostam ou não. Aqui a gente tem o Cleitinho, que está sempre nas redes sociais; o Roberto Andrade, que representa muito o pessoal do cartório e PSDB; a Marília Campos, do PT; e eu, Bartô, do Novo. Então, se, por acaso, vocês estão tendo a atenção deles, escolham um para adotar e vão acompanhando esse deputado, que aos poucos vocês vão entender um pouco mais de política. Parabéns. Sou de Belo Horizonte, mas tenho um sítio em Lagoa Santa há 30 anos e vira e mexe estou lá também. Então, se por acaso me virem por lá, podem puxar, chamar, cumprimentar que estamos aí. Sejam bem-vindos à Casa.

Pessoal, que grande dia para o liberalismo foi ontem. O governo levantou uma série de empresas a serem privatizadas, entendendo que privatização é bom, sim, para o povo; é bom, sim, para o funcionalismo público. Por quê? Quando você pega o povo que é atendido mal por uma empresa pública, ele senta e chora. Se ele é atendido mal por uma empresa privada, ele simplesmente vai lá e escolhe a outra, e aí aquela que atende mal fecha e dá espaço para que outras apareçam. Precisamos, sim, privatizar. E para o funcionalismo público, que tem um pouco de medo da estabilidade funcional, a estabilidade que a gente pode chamar até de risco... Com os riscos vêm também os grandes ganhos, começa a se valorizar mais o funcionário público que produz mais, porque uma empresa privada quer resultados. Então, se aquele funcionário começa a produzir mais, logicamente, por meritocracia, ele sobe mais na empresa e tem condições de conseguir salários melhores; bem como aquele funcionário que é incomodado com a pessoa do lado que nada produz vai deixar de ter aquela pessoa, porque se alguém não produzir vai ser demitido. Então privatizações são boas, sim. Que a gente continue a fazer esses movimentos. Parabéns, Paulo Guedes. Mas não é só isso: a MP da liberdade econômica vem facilitar os pequenos empreendedores. Muita gente fala assim: “Mais liberdade econômica é bom para grandes empreendedores, que vão passar por cima dos direitos e tal”. Não, pelo contrário, é bom para as pequenas empresas, porque as grandes empresas podem contratar uma série de advogados, uma série de contadores, e eles que se virem para resolver o problema deles. É só mais um custo que eles têm na planilha deles. Agora, quando você pega uma empresa pequena, em que, na maioria das vezes, é uma pessoa com uma outra, no máximo duas – até é a mesma pessoa que é o comprador ou o vendedor, que chuta, cabeceia e corre para o gol –, se ele tem que ir a um cartório, por exemplo – Roberto Andrade, que é do cartório, o pessoal do cartório fez uma pressão lá ontem para não passar –, se ele gasta um dia no cartório, ele gasta um dia da sua empresa parada. É um dia que vai fazer com que a sua empresa deixe de ser mais lucrativa e coloca em risco o funcionamento daquela empresa. Então, quando a gente quer realmente mais liberdade para empreender, precisa justamente diminuir os custos para isso. Essa medida da liberdade econômica também fala muito sobre o Estado focar mais onde realmente há riscos. Por exemplo: uma empresa com um advogado e uma secretária tem a mesma demanda de regulamentação que a Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que pegou fogo. Se o estado tivesse focado apenas em uma empresa que poderia causar uma tragédia daquela em vez de ter que ficar preocupando com todos os escritórios pequeninhos, com uma ou duas pessoas, poderia ser menos problemático, evitando-se tragédias como essa, porque se faz uma matriz de risco, apontam-se os empreendimentos que apresentam mais risco para a população e foca-se neles. Enfim, é uma série de medidas – o tempo é pequeno, não dá para falar de todas. Que grande dia para o liberalismo. Satisfeito aqui. Quero aproveitar também para chamar o pessoal para a manifestação do dia 25, na Praça da Liberdade, às 10 horas, com as pautas “Veta, Bolsonaro”, com relação ao projeto de abuso de poder; “Deltan na PGR” e “Impeachment de Toffoli”. Então, todo mundo que está querendo um pouco mais de mudança na política, pedindo realmente pessoas que estejam combatendo bravamente a corrupção e que se retirem aquelas que estão atrapalhando venha no domingo. Vamos lá, porque vai ser bem legal. Dia 24, sábado agora, vai haver carreata, e eu estarei lá exclusivamente para falar sobre o fundo – o fundo está passando de R\$1.700.000.000,00 para R\$3.700.000.000,00. Até peço ao pessoal que estava discutindo agorinha mesmo sobre a retirada de dinheiro para a educação, sobre a retirada de dinheiro para pesquisa... Então vamos falar o seguinte: vamos parar com esse dinheiro do fundo também, porque R\$3.700.000.000,00, no momento em que o País está precisando de dinheiro... É um absurdo usar isso em campanha de políticos. Eu gastei quase nada na minha campanha; Cleitinho, menos ainda. Então, dá para fazer uma campanha eficiente com pouco dinheiro. Muito menos podemos ficar utilizando dinheiro dos outros para fazer campanha para a gente. Então, fundo não! Obrigado, presidente. Desculpe-me ter estendido o prazo.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 23, às 17 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/7/2019

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha, Andréia de Jesus e o deputado Coronel Henrique (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Em seguida, a presidente suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos, estão presentes as deputadas Leninha, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado André Quintão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcelo José Ferreira, procurador da República em Minas Gerais (13/6/2019); Jamaci Avelino do Nascimento Júnior, chefe de gabinete do Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (19/6/2019); Luiz Ricardo de Medeiros Santiago, diretor de Relações Governamentais da Vale S.A. (16/5/2019 e 13 e 19/6/2019) e Guilherme Simões Neves, prefeito da Prefeitura de Serro (25/6/2019). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.931/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.095 e 4.077/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.963/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater o sistema público de comunicação no Estado;

nº 3.062/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a democratização da comunicação, tendo em vista o direito humano e fundamental do acesso à informação;

nº 3.063/2019, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizada rede de água e esgoto para a população indígena taipuru puri, no Município de Buritizeiro;

nº 3.081/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre quais testes e parâmetros são utilizados pelas respectivas empresas para qualificar a qualidade da água em função do uso seguro e adequado de agrotóxicos;

nº 3.082/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de providências para realizar o monitoramento da qualidade das águas do Estado, por meio do programa Águas de Minas, a fim de avaliar a presença de agrotóxicos e os níveis encontrados nas águas superficiais;

nº 3.083/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para implementar imediatamente o Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica – Planera –, conforme determinado pelo Decreto com Numeração Especial nº 481, de 25/9/2018;

nº 3.142/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de reparação integral, pela Fundação Renova, da Bacia do Rio Doce, afetada fortemente pelo rompimento da Barragem de Fundão, em

Mariana, bem como a saúde da população inserida na bacia, o direito à água e as condições do pescado, tendo em vista que o acesso à água limpa e segura é considerado como direito humano fundamental;

nº 3.177/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Itabira pedido de informações sobre a data prevista para a realização da audiência pública acerca da atividade minerária nesse município, conforme requerimento aprovado nessa câmara em 12 de fevereiro de 2019;

nº 3.178/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao coordenador estadual da Defesa Civil pedido de informações consubstanciadas nos documentos relativos às manchas de inundação previstas no caso de rompimento das barragens das Minas do Cauê, Conceição e do Meio, de propriedade da Vale S.A., em Itabira;

nº 3.179/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao titular da promotoria de justiça da Comarca de Itabira pedido de informações sobre o encaminhamento dado ao requerimento entregue em 28 de maio de 2019 a essa promotoria pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região, o qual dizia respeito a situações de risco e violações de direitos relacionadas a 18 barragens da Vale S.A. no referido município;

nº 3.180/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itabira para debater a violação de direitos humanos decorrente das atividades minerárias em Itabira e região;

nº 3.181/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de informações consubstanciadas nos planos de ações emergenciais para barragens de mineração das barragens das Minas do Cauê, Conceição e do Meio, no Município de Itabira;

nº 3.186/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de informações sobre a implementação da condicionante permanente nº 12 – abastecimento de água –, prevista na Licença Operacional Corretiva – LOC – para a exploração mineral no Município de Itabira;

nº 3.187/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de providências para que seja implementada a condicionante permanente nº 46 da Licença de Operação Corretiva – LOC – relativa à atividade mineradora no Município de Itabira, em sua integralidade, a começar pela discussão com a comunidade;

nº 3.188/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de informações consubstanciadas nos relatórios relativos à condicionante nº 29 – qualidade do ar –, prevista na Licença Operacional Corretiva – LOC – para a exploração mineral no Município de Itabira;

nº 3.190/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e para a realização das plenárias do Consea-MG;

nº 3.191/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implementação da política estadual de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes, em cumprimento à Lei nº 18.374, de 2009, e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

nº 3.192/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de

providências para a implementação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais 2018-2019, bem como para a construção da versão desse plano para vigorar a partir de 2020;

nº 3.193/2019, da deputada Leninha e dos deputados Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que destinem recursos orçamentários para as regiões do semiárido do Estado e implementem políticas públicas para o desenvolvimento da infraestrutura rural dessas regiões, especialmente no que se refere à segurança hídrica;

nº 3.194/2019, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Leninha, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado para debater as Políticas de Convivência com o Semiárido, acompanhados de representantes da Articulação do Semiárido;

nº 3.196/2019, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a formação de um grupo de trabalho sob a coordenação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, com a participação de representantes da Articulação do Semiárido Brasileiro, com objetivo de elaborar políticas de convivência com o semiárido;

nº 3.197/2019, da deputada Leninha e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para ampliar as políticas públicas de convivência do semiárido;

nº 3.199/2019, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Leninha, em que requerem seja realizada visita, com os integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Convivência do Semiárido Mineiro, à Câmara dos Deputados, para discutir, com os integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Convivência do Semiárido, ações conjuntas em defesa das políticas do semiárido mineiro;

nº 3.200/2019, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Leninha, em que requerem seja realizado debate público sobre as políticas de convivência com o semiárido mineiro;

nº 3.202/2019, da deputada Leninha e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para a implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado;

nº 3.217/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da ocupação Professor Fábio Alves, no Bairro Marilândia, em Belo Horizonte, tendo em vista o risco iminente de retirada forçada das 700 famílias que moram no local, em razão do cumprimento de uma liminar de reintegração de posse;

nº 3.306/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para garantir a priorização, no âmbito da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, da situação das famílias atingidas pela implantação das linhas de transmissão de energia em fase de implantação pelas empresas Equatorial Transmissão e Mantiqueira Transmissão de Energia, no Norte do Estado, inserindo-se essa pauta na primeira reunião a ser realizada pela referida mesa e assegurando-se a participação de representantes da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado e das Defensorias Públicas da União e do Estado;

nº 3.307/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para envidar esforços com vistas a acelerar as averiguações e os procedimentos administrativos e judiciais necessários à proteção das famílias atingidas pela implantação das linhas de transmissão de energia das empresas Equatorial Transmissão e

Mantiqueira Transmissora de Energia, no Norte do Estado, priorizando-se, especialmente, a convocação das mencionadas empresas a apresentarem toda a documentação referente ao licenciamento obtido para o empreendimento;

nº 3.310/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos povos e comunidades tradicionais do Vale das Cancelas, no Município de Grão-Mogol, especialmente no que se refere ao reconhecimento do território e da concessão de licenciamentos ambientais para os vários empreendimentos existentes na região, considerando-se a obrigatoriedade dos protocolos de consulta às comunidades nos termos da Lei nº 21.147, de 14/1/2014, e demais disposições federais e estaduais a respeito;

nº 3.311/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos – do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para convocar, com urgência, as empresas Equatorial Transmissão e Mantiqueira Transmissora de Energia para comparecimento em reunião com representantes da Cimos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União e para apresentação, durante a mencionada reunião, de toda a documentação referente ao licenciamento obtido para os empreendimentos em fase de implementação pelas referidas empresas;

nº 3.312/2019, da deputada Leninha, em que requer sejam encaminhadas à Superintendência Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama –, à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos – do Ministério Público do Estado e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a possível violação de direitos das famílias atingidas pela implantação da rede de transmissão de energia da Linha 500kV – Igaporã III – Janaúba 3, que tem início no Município de Caetité (BA), com destino ao Município de Presidente Juscelino;

nº 3.313/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis pedido de informações sobre o licenciamento dos empreendimentos desenvolvidos pelas empresas Equatorial Transmissão e Mantiqueira Transmissora de Energia no norte do Estado de Minas Gerais, consubstanciado em cópia de toda documentação processual existente, tendo em vista as denúncias recebidas em audiência pública realizada em 12/7/2019;

nº 3.314/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para retomar as ações necessárias, no âmbito de suas atribuições, para a implementação dos processos de regularização fundiária no Estado, especialmente dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, a fim de dar efetivo cumprimento à Lei nº 21.147, de 14/1/2014, e regulamentações posteriores;

nº 3.315/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para priorizar a elaboração, em conjunto com outros órgãos competentes – a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais –, dos estudos técnicos necessários à apuração das violações socioambientais causadas pelos empreendimentos das empresas Equatorial Transmissão e Mantiqueira Transmissora de Energia, no norte do Estado;

nº 3.316/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República em Minas Gerais pedido de providências para promover as medidas judiciais necessárias à suspensão das atividades das empresas Equatorial Transmissão e Mantiqueira Transmissora de Energia, no Norte do Estado, até que sejam realizadas as audiências públicas e as consultas às comunidades e devidamente apurados os impactos sociais e ambientais das referidas atividades;

nº 3.327/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater os critérios utilizados na seleção das organizações sociais responsáveis pela instalação das casas de semiliberdade e o sistema adotado para fins de execução financeira, orçamentária e patrimonial e de prestação de contas dos recursos públicos repassados a essas entidades, em especial a do Município de Teófilo Otôni;

nº 3.335/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as práticas discriminatórias na doação de sangue e os prejuízos para a população mineira;

nº 3.339/2019, da deputada Leninha e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada visita ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – para debater as ocupações Vila Nova, Beira Linha e Morro do Calango, que se encontram em área desativada da extinta Rede Ferroviária Federal, localizada nos Bairros Pilar e Olhos D'Água;

nº 3.340/2019, da deputada Leninha e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada visita à Prefeitura de Belo Horizonte para debater a situação das ocupações Vila Nova, Beira Linha e Morro do Calango, que se encontram em área desativada da extinta Rede Ferroviária Federal, localizada nos Bairros Pilar e Olhos D'Água;

nº 3.341/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações consubstanciadas em cópias dos procedimentos de outorga de recursos hídricos aos empreendimentos localizados nas proximidades das ocupações Vila Nova, Beira Linha e Morro do Calango, que se encontram em área desativada da extinta Rede Ferroviária Federal, localizada nos Bairros Pilar e Olhos D'Água, em Belo Horizonte;

nº 3.359/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que receba representantes da Comunidade Professor Fábio Alves, na próxima semana, haja vista que essa comunidade possui liminar de reintegração de posse em curso;

nº 3.375/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja realizada visita técnica à Penitenciária Professor Jason Albergaria, localizada no Município de São Joaquim de Bicas;

nº 3.376/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado André Quintão, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o jornalista, escritor e advogado constitucionalista Glenn Edward Greenwald pela brilhante carreira de jornalismo investigativo, reconhecida mundialmente, e pela defesa incansável da liberdade de opinião e expressão, bem como da transmissão de informações, previstas no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2019.

Leninha, presidente – Bruno Engler – Andréia de Jesus – Betão – Coronel Sandro.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/8/2019

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mítre e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício das Sra. Silvana Melo do Nascimento, diretora de Ordenamento do Turismo, e dos Srs. Marcelo Ribeiro Moreira, diretor do Departamento de Infraestrutura Turística, e Robson Napier Bochio, secretário nacional de Estruturação do Turismo do Ministério do Turismo (11/7/2019), e Aluizer Malab Barbosa do Nascimento, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (13/7/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.432/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o Projeto de Lei Federal nº 442, de 1991 e apensos, que dispõe sobre o marco regulatório dos jogos no Brasil;

nº 3.462/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância do azeite mineiro no mercado nacional e internacional;

nº 3.476/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja formulado voto de congratulações com os organizadores do Festival do Queijo Minas Artesanal por sua terceira edição;

nº 3.478/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura de Igarapé pelo sucesso na realização do III Festival Igarapé Sabor – Mestras e seus Temperos;

nº 3.591/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com Srs. Jove Gérson Nogueira de Araújo Filho, Fernando César de Freitas Nogueira Júnior e André Oliveira Naufel de Toledo, sócios-administradores da Roinc Produções e Eventos Ltda. pela realização da 8ª edição do evento O Funeral da Porca, em Itaúna;

nº 3.592/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gustavo Henrique Rocha Bicalho e sua equipe pela realização da 15ª edição do Festival de Gastronomia Prato da Casa;

nº 3.593/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo pedido de providências com vistas à inclusão no Cadastur dos prestadores de serviços do setor de gastronomia, assim como de festivais, feiras e festas culturais.

O presidente destina a 3ª fase da 2ª parte da reunião para ouvir as Sras. Jacqueline Senra Lipovetsky e Flávia Botelho e os Srs. Anderson Rocha e Rodrigo Naves, colaboradoras e colaboradores do projeto Rota Capitão Senra. A seguir, o presidente recebe, submete a votação e aprova o Requerimento nº 3.594/2019, dos deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública para debater sobre a Rodovia Capitão Senra e o desenvolvimento do mototurismo no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2019.

Professor Irineu, presidente – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Virgílio Guimarães.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2019

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Sávio Souza Cruz (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.572/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, no Município de Vespasiano, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 3.576/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à República Maria Maria, no Município de Belo Horizonte, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento;

nº 3.595/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada visita ao presídio feminino e à Delegacia da Mulher em Montes Claros para conhecimento das condições atuais das detentas e do atendimento às mulheres vítimas de violência;

nº 3.596/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Segurança Pública e ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre a estrutura, os recursos humanos disponíveis e a área de ação da Patrulha Preventiva da Violência Doméstica – PPVD – na cidade e na zona rural de Montes Claros;

nº 3.597/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para ampliação do horário de funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Montes Claros, que funciona de 8 a 18 horas, com horário para almoço, e não funciona nos finais de semana, considerando-se que, segundo estatísticas, a maioria dos casos de violência ocorrem nos finais de semana e feriados;

nº 3.618/2019, das deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a abertura, estrutura e funcionamento da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro;

nº 3.619/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da educação na prevenção da violência contra a mulher e do feminicídio;

nº 3.624/2019, das deputadas Marília Campos e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita à 1ª Companhia de Prevenção à Violência Doméstica contra as Mulheres, da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho desenvolvido pela companhia e os resultados obtidos a partir de sua implantação;

nº 3.627/2019, das deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a conclusão das obras e o pleno funcionamento da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/8/2019

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ten.-Cel. PM José Luiz Reis Júnior, subchefe da Arins da Polícia Militar de Minas Gerais (11/7/2019), e dos Srs. Bernardo Pinto Coelho Naves, subsecretário de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública (26/7/2019), e Jordani Campos Machado, diretor-presidente em exercício do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (8/8/2019). O presidente solicita que a segunda correspondência seja anexada ao Requerimento de Comissão nº 2.358/2019, e a terceira ao Projeto de Lei nº 872/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 897/2019, em turno único (Delegado Heli Grilo), e 906/2019, no 1º turno (João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, por unanimidade, em turno único, o Projeto de Lei nº 872/2019 (relator: deputado Delegado Heli Grilo) na forma do Substitutivo nº 1. Submetidos a

votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 2.243, 2.246, 2.286, 2.334 e 2.349 a 2.351/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 3.630/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que determinem o imediato restabelecimento do atendimento do Disque 190 e 193 no Município de Ituiutaba, que atende com serviços variados toda a região do Pontal do Triângulo Mineiro;

n° 3.632/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam formadas três novas turmas do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais e que sejam convocados os candidatos excedentes no concurso público para admissão no CFO/2019 – PMMG;

n° 3.633/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Centro de Operações da Polícia Militar – Copom –, em Belo Horizonte, para verificar a estrutura, logística e condições de trabalho dos policiais militares e ouvi-los quanto à notícia de ocorrência de perseguições, danos à saúde e aposentadoria precoce dos servidores ali lotados;

n° 3.636/2019, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas para debater o sistema de prevenção à criminalidade e as ações previstas e implementadas pelo poder público com a finalidade de prevenir e reduzir as violências e criminalidades no Estado;

n° 3.637/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Barragem B-1A, em Brumadinho, que pertence à empresa Emicon Mineração e Terraplanagem.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Delegado Heli Grilo.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/8/2019

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Coronel Sandro ((substituindo o deputado Osvaldo Lopes, por indicação da liderança do BLP) e Elismar Prado (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Carlos Sebastião Martins, engenheiro, encaminhando material sobre geração de energia a partir de resíduos sólidos urbanos e solicitando audiência para expor seus motivos de crítica à Lei nº 21.555/2014; solicitação do Sr. Carlos Francisco Lobato, enviada através do Sistema de Interação com o Cidadão, de que suas sugestões para minorar os efeitos ambientais decorrentes do rompimento da barragem em Brumadinho sejam encaminhadas aos deputados da comissão; e ofício do Sr. Bruno Versiani, autoridade julgadora do Ibama, encaminhando sugestões de atuação para a comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Luiz Ricardo de Medeiros Santiago, diretor de Relações Governamentais da Vale S.A., e da Sra. Flávia Cristina Tavares Torres, procuradora da República (4/7/2019); e do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente (11/7/2019). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de

proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.449/2018 e 511/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Osvaldo Lopes. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.148/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater o manejo populacional ético de pombos nos municípios de Minas Gerais, seus desafios e soluções para o meio ambiente urbano;

nº 3.149/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao delegado da Polícia Civil em Mariana pedido de informações sobre o desfecho do caso de maus-tratos a animais ocorrido no dia 22 de junho de 2019, nesse município;

nº 3.150/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao 14º Grupo de Artilharia de Campanha do Exército em Pouso Alegre pedido de informações sobre o suposto abandono de 10 cães que viviam nas dependências do quartel;

nº 3.433/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de providências com vistas ao monitoramento da qualidade da água do Rio Paraopeba, no Município de São Joaquim de Bicas;

nº 3.434/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre o desfecho da investigação que foi instaurada para apurar as causas do incêndio que atingiu uma reserva Pataxó, em São Joaquim de Bicas;

nº 3.438/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a criação do Parque Estadual da Mata do Krambeck, em Juiz de Fora;

nº 3.648/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Santo Antônio do Monte pedido de providências para que seja instaurado inquérito para apurar supostos casos de envenenamentos de cães e gatos de rua na cidade que, segundo relatos, têm ocorrido desde o mês de fevereiro do ano corrente e que vitimou mais de vinte animais até o presente;

nº 3.652/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita à área atingida pela lama de rejeitos de minério na Comunidade Córrego do Feijão, ao Centro de Recuperação, Tratamento e Bem-estar dos animais resgatados e ao Parque Estadual de Conservação, localizados no Município de Brumadinho, com a finalidade de conhecer os impactos ambientais oriundos do rompimento da barragem ocorrido em 25 de janeiro de 2019;

nº 3.653/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais no Município de Belo Horizonte, com a finalidade de participar do debate a se realizar no dia 27/8/2019 e cujo tema será “Os avanços da proteção animal e os próximos desafios”;

nº 3.655/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais em Pouso Alegre pedido de providências para que seja instaurado inquérito para investigar possível crime de maus-tratos contra animais ocorrido nos dias 3 e 4 de agosto de 2019 em que 10 cães foram encontrados com sinais de espancamento e envenenamento nas ruas do Bairro Cidade Jardim.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Osvaldo Lopes – Fernando Pacheco.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/8/2019

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita celeridade na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.021, 2.918, 2.924/2015, 3.922, 3.923/2016, 4.028, 4.112, 4.421 e 4.454/2017, no 1º turno (deputado Bruno Engler), Projetos de Lei nºs 2.884, 3.122/2015, 4.001, 4.420, 4.456, 4.470, 4.643, 4.806 e 4.887/2017, no 1º turno (deputada Celise Laviola), Projetos de Lei nºs 2.110/2015, 4.030, 4.042, 4.134, 4.441, 4.487, 4.676/2017, no 1º turno, e 2.996/2015, em turno único (deputado Charles Santos), Projetos de Lei nºs 1.728, 2.653/2015, 4.008, 4.160, 4.174, 4.492, 4.530, 4.604, 4.742, e 4.783/2017, Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2019, no 1º turno (deputado Dalmo Ribeiro Silva), Projetos de Lei nºs 829, 1.382, 2.510, 3.143/2015, 3.982, 4.044, 4.486, 4.489 e 4.845/2017, no 1º turno (deputado Guilherme da Cunha), Projetos de Lei nºs 530, 1.437, 1.636, 3.121/2015, 3.967/2016, 4.031, 4.074, 4.147, 4.426, 4.455 e 4.556/2017, no 1º turno (deputado Zé Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 693/2019 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Charles Santos, aprovado pela comissão. O Projeto de Lei nº 873/2019 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.325/2015 e 206/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 34, 1.457 e 2.113/2015 e 4.090/2017 (relator: deputado Charles Santos), 22/2019 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), 1.861/2015 (relator: deputado Bruno Engler); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 635/2019, Propostas de Emenda à Constituição nºs 36 e 40/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), 125/2019 (relator: deputado Bruno Engler), 3.120/2015 (relator: deputado Charles Santos), com voto contrário do deputado Guilherme da Cunha, 730/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 615/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) com as Emendas nºs 1 e 2, 648/2019 (relator: deputado Bruno Engler) com a Emenda nº 1, 2.658/2015 (relatora: deputada Celise Laviola) na forma do Substitutivo nº 1. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Guilherme da Cunha, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 32/2019, o presidente defere o pedido de vista da deputada Celise Laviola. É também deferida vista à deputada Ana Paula Siqueira do parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 318/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha). A relatora do Projeto de Lei nº 480/2019, deputada Ana Paula Siqueira, retira o parecer apresentado anteriormente e solicita a prorrogação do prazo regimental para emissão de novo parecer. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) à Secretaria de Estado de Governo; Projeto de Lei nº 782/2015 (relator: deputado Charles Santos) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 346/2019 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 939/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura de Itanhomi; 946/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Governo e ao autor; 947/2019 e 948/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha) ambos à Secretaria de Estado de Governo, à Prefeitura Municipal de Serra do Salitre e ao autor. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e

legalidade dos Projetos de Lei nº 4.598/2017 e 5.446/2018 (relatora: deputada Celise Laviola); 5.309/2018 e 922/2019 (relator: deputado Zé Reis). É aprovado ainda o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 888/2019 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira). É baixado em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 878/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Governo e ao autor. São também baixados em diligência aos autores, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 920/2019 (relator: deputado Zé Reis), 931, 934 e 967/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) e 942/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 3.748/2019, da deputada Celise Laviola e do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja realizada visita às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão para debater a situação do professor ocupante de um ou dois cargos no serviço público estadual, apostilado no cargo de provimento em comissão de diretor de escola, especialmente no que se refere à opção remuneratória prevista no art. 23 da Lei nº 21.710, de 2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Sargento Rodrigues – Bruno Engler – Celise Laviola – Guilherme da Cunha.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/8/2019

Às 18h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Celinho Sintrocel e Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os prejuízos causados à vida dos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Energética de Minas Gerais com a possibilidade de venda e fechamento da base operacional do Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão (11/7/2019); e dos Srs. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo, e Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário de Estado Adjunto de Fazenda (26/7/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.575/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, tendo em vista o descumprimento, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, da Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, que regulamenta o aumento progressivo do piso salarial dessas categorias;

nº 3.763/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e dos deputados Celinho Sintrocel e Betão, em que requerem seja convocado o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais para participar de audiência pública para debater os prejuízos causados na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da companhia com a possibilidade de venda e fechamento da base operacional no Bairro São Gabriel, em Belo Horizonte.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Jairo Nogueira Filho, diretor do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletró-

MG; Jefferson Leandro Teixeira da Silva, coordenador-geral do Sindieleto de Minas Gerais; Eduardo Pereira de Almeida Júnior, trabalhador da Cemig Distribuição; e Eneimar Adriano Marques, prefeito de Jaboticatubas. A presidência concede a palavra à deputada Betriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Betão.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/8/2019

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados e a deputada mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.517/2015 (Braulio Braz), 1.876/2015 (Doorgal Andrada), 1.073/2015 (Fernando Pacheco), 1.827/2015 (Glaycon Franco), 5.218/2018 (Laura Serrano), todos no 1º turno e em virtude redistribuição, e 1.294/2015, no 1º turno (Virgílio Guimarães). Registra-se a presença do deputado Virgílio Guimarães. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 874/2015 (relator: deputado Doorgal Andrada). Registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Doorgal Andrada, que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.001/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Virgílio Guimarães. Registra-se a saída da deputada Laura Serrano e do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.120/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, com a Emenda nº 2 (relator: deputado Virgílio Guimarães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Bartô – João Leite – Sargento Rodrigues.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/8/2019

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (11/3/2016); e

Ricardo Alexandre Nogueira Miranda (15), subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo (26/7/2019). O presidente designa o deputado João Leite como relator para elaborar o relatório de visita ao Residencial das Américas, em Belo Horizonte, no dia 20/8/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.388, 2.393 a 2.395, 2.397 e 2.398/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.657/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento ou conclusão do inquérito que investiga a morte do professor Silmar Júnior Madeira durante troca de tiros entre suspeitos e policiais em Itamonte, em 22/2/2014, quando uma quadrilha atacou uma agência bancária local;

nº 3.742/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e à Prefeitura de Teófilo Otoni pedido de providências para que sejam realizadas, de imediato, as obras necessárias à melhoria da estrada que dá acesso ao presídio e à penitenciária de Teófilo Otôni, tendo em vista os riscos a que estão expostos os servidores da segurança pública que por esta trafegam, diariamente, inclusive para o transporte de presos, ressaltando-se que a precariedade da via, além de danificar as viaturas e gerar graves consequências para o deslocamento dos detentos, exige que os profissionais diminuam a velocidade, o que aumenta o risco de emboscadas;

nº 3.786/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater o encaminhamento de apenados do complexo penitenciário de Ribeirão das Neves para atendimento médico no Hospital Municipal São Judas Tadeu;

nº 3.787/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 3º-Sgt. BM Carlos Rodrigo Alves pelos relevantes serviços prestados à corporação e, em especial, pela atuação destacada, pelo empenho e pelo apoio no socorro às vítimas da tragédia da Vale, em Brumadinho, no dia 25/1/2019;

nº 3.788/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Delegacia de Plantão, no Município de Contagem, para conhecer a logística e as condições de trabalho dos policiais civis e militares e para verificar, quanto aos policiais militares, o cumprimento de escala de serviço para a realização da atividade de custódia de presos;

nº 3.789/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Bruno Engler, em que requerem seja encaminhado aos 81 senadores da República, em caráter de urgência, pedido de providências para que busquem impedir a inclusão de policiais militares e de bombeiros militares estaduais no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, considerando, em primeiro lugar, que as questões previdenciárias referentes aos militares estaduais devem ser tratadas no âmbito do Projeto de Lei nº 1.645/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual versa sobre alterações na legislação inerente ao Estatuto dos Militares da União, haja vista o tratamento igualitário que deve ser dispensado aos militares dos estados e da União; e, em segundo lugar, que devem ser reconhecidas as condições extremas e de alta periculosidade a que são submetidos os militares, razão pela qual é inadmissível a comparação da atividade profissional dos policiais e bombeiros militares com as demais atividades;

nº 3.798/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Bruno Engler, em que requerem seja realizada visita ao Sr. Wendrel Schwenck de Assis, agente penitenciário aposentado, em sua residência, no Município de Sete Lagoas, para prestar apoio e verificar as condições de saúde do agente, baleado no ano de 2009 por um preso que escoltava em audiência no fórum daquele município, após retirar as algemas do detento, em cumprimento à determinação do juiz que presidia o julgamento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – João Leite.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a segurança alimentar e nutricional na rede pública e privada de ensino.

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 26 de agosto de 2019, destinada a comemorar o Dia do Soldado.

Palácio da Inconfidência, 23 de agosto de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a necessidade de reparação integral, pela Fundação Renova, da Bacia do Rio Doce, afetada fortemente pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, bem como a saúde da população inserida na bacia, o direito à água e as condições do pescado, tendo em vista que o acesso à água limpa e segura é considerado como direito humano fundamental.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual Múltipla, com destaque para a importância da família no processo de construção e execução das políticas públicas.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a retomada das nomeações dos candidatos aprovados nos concursos públicos regidos pelos Editais Seplag/SEE 2, 3, 4 e 5/2014 e 7/2017, bem como a aplicação do piso salarial da educação, estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, com a presença da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, de representantes de entidades de classe e de representantes do poder público de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, Gustavo Mitre, Gustavo Santana, Leandro Genaro e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2019, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2019.

Sávio Souza Cruz, presidente *ad hoc*.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 430/2019****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Valadares, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, com sede no Município de Itamarandiba, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 430/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, com sede no Município de Itamarandiba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a integração entre os associados.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades culturais e esportivas; colaborar na implementação de políticas de regularização fundiária dos imóveis no bairro; e promover a proteção das minorias.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 430/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2019.

André Quintão, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/8/2019

A deputada Leninha* – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas do Parlamento e todos aqueles que nos acompanham também pela TV Assembleia. Já há algum tempo não faço uso da tribuna, mas hoje eu gostaria de destacar alguns aspectos que considero relevantes e importantes. Primeiro pela Comissão de Direitos Humanos, que eu presido; e a deputada Andréia de Jesus copreside comigo. Fizemos um balanço no primeiro semestre, e a nossa comissão realizou o maior número de eventos e de atividades no primeiro semestre da Assembleia. Isso traz uma dupla preocupação, mas também – é lógico – nos traz uma certa satisfação de estarmos aqui para cumprir o papel que nos foi designado, de uma missão de servir a todos e a todas. A quantidade nos preocupa porque isso, com certeza, está relacionado à quantidade de violência que as pessoas veem sofrendo ao longo desses seis meses, sete meses, ora em decorrência da ação do governo federal mas ora também da ausência de políticas do governo do Estado de Minas Gerais.

Então, foram audiências das mais diversas, desde a discussão sobre segurança alimentar, até sobre despejo, sobre regularização fundiária, sobre discussão dos territórios, sobre agrotóxico, sobre violência contra as mulheres, contra o povo negro, enfim, criação de frente parlamentar em defesa dos povos e comunidades tradicionais. Então, foi uma série de atividades que retratam que esta comissão foi acionada também muito em função desse período de ameaças e de violações de direitos.

Mas hoje também eu vim a este Plenário porque ontem todo mundo que esteve em Belo Horizonte percebeu que tivemos uma Belo Horizonte diferente no período da tarde: triste, sem o céu que é a sua marca, sem os seus horizontes. Quem teve a oportunidade de ir à janela ontem à tarde percebeu que algo estranho no ar estava acontecendo. Anteontem foi em São Paulo. Nós

acompanhamos que, às 3 horas da tarde, anoiteceu em São Paulo. No sul do Brasil, o sol virou uma bola vermelha. Cidades foram cobertas pela cinza das árvores queimadas da Amazônia e do cerrado brasileiro. Um quadro assustador.

Quem acompanhou também as redes de televisão ontem à noite percebeu que a chuva que caiu em São Paulo caiu com água escura, cinza, uma água de fumaça. Por que estamos trazendo esse debate?

Porque, aqui, em Minas, nós também estamos atentos e preocupados em discutir políticas ambientais que preservem o nosso cerrado, a nossa caatinga, a mata atlântica, mas também que seja uma preocupação com os povos e as comunidades tradicionais, que sempre cuidaram dos biomas, sempre foram guardiães da biodiversidade e, acima de tudo, vêm cuidando do nosso planeta, assim como os povos da Amazônia, os povos das águas, das florestas, os indígenas, os ribeirinhos, enfim todo o povo da Amazônia, que, ao longo desses anos, vem cuidando desse bioma tão importante para o País e para o mundo.

Quem assistiu TV viu isso. Mas também, hoje, quem viu TV hoje ouviu o nosso presidente, que parece que ainda não sabe que as eleições já acabaram, pois fala de perseguição ao seu governo, fala de retaliação, acusando, de uma forma desrespeitosa, ONGs que atuam na região amazônica, ao dizer que era uma retaliação ao fato de o governo ter bloqueado verbas da cooperação internacional para essas entidades que atuam no manejo e na conservação desse bioma tão importante para todos nós. Quem viu televisão viu o governo falar, fazer denúncias graves contra ONGs, e a gente sabe o papel que diversas ONGs sérias vêm cumprindo, neste país, não só no campo socioambiental, mas principalmente no campo social, no atendimento às pessoas mais pobres. Então nós não podemos banalizar o papel que as ONGs cumprem neste país. Por isso, a minha fala é no sentido de que tenha mais respeito, que o presidente tenha mais cuidado na sua fala. Acusar ONGs sérias, que atuam na Amazônia, de fato, é fazer denúncia irresponsável daqueles que, ao longo dos anos, vêm tratando e trabalhando com os povos amazônicos e, acima de tudo, com essa biodiversidade.

Há duas semanas florestas e matas ardem em chamas nos estados do Norte, estendendo ao Acre, Rondônia, Mato Grosso incluindo as áreas da Amazônia e do pantanal. Os incêndios já atingiram a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Paraguai. Segundo dados do Inpe, que todos nós acompanhamos aqui em nível nacional, esse vai e vem de destituir diretor, de questionar os dados apresentados, de questionar os dados da ciência, da tecnologia, sobre o grau de desmatamento da Amazônia... Nós sabemos que os focos de incêndio florestal aumentaram 82%. E essa questão da Amazônia, que chama a atenção também nas manchetes internacionais, nós sabemos da importância desse bioma para a biodiversidade do mundo, para o equilíbrio não só das águas, mas da rica biodiversidade.

A Amazônia é o bioma mais afetado, com 51% dos casos. Depois vem o cerrado brasileiro. Durante muitos anos o cerrado foi considerado como a fronteira agrícola para o agronegócio, desterritorializando e tirando os povos e as comunidades tradicionais desse bioma tão importante, que é a caixa d'água do Brasil. No cerrado brasileiro, nascem as principais bacias hidrográficas. E, para nós, em Minas, o Rio São Francisco nasce no cerrado, percorre todo o cerrado mineiro e chega na caatinga baiana, até desaguar no mar. Então esses dados nos alertam e fazem com que a gente também não se cale diante do que está acontecendo no Brasil. É lógico que isso serve de alerta para a gente repensar a política ambiental em Minas Gerais, para a gente reduzir o desmatamento, as queimadas e, acima de tudo, ter uma política ambiental de preservação para os biomas que existem aqui, em nosso estado.

O pano de fundo para essa tragédia que se abate sobre o Brasil são os ataques do presidente às políticas ambientais, mas também aos ambientalistas sérios, às comunidades, que sempre estiveram nesses territórios, protegendo, preservando e fazendo o trabalho de maneira insustentável. Com a conivência do governo, olhem só o que aconteceu. Fazendeiros promoveram, no último fim de semana, o dia do fogo, ao longo da BR-163, no sudoeste do Pará. A principal cidade da região do Pará, que é Novo Progresso, teve 124 registros de foco de incêndio, um aumento de 300% em relação ao dia anterior. Um dos organizadores do evento, que, para nós, é um evento criminoso, chegou a dar entrevista nos jornais, dizendo que o objetivo era mostrar que eles querem trabalhar e, para trabalhar, o único jeito que há é derrubando e limpando pastagens com fogo, com fogo. Esse senhor merecia estar preso, por cometer um ataque ao bem comum, a nossa riqueza natural, que são as florestas.

É mais evidente que estamos de frente a um quadro fundamentalmente gerado por dois fatores. Esse discurso agressivo do presidente contra os ambientalistas e a política ambiental sempre adotada no Brasil é uma forma atrasada, inclusive em discordância com o que o mundo vem dizendo sobre as questões ambientais.

Acima de tudo, temos que reconhecer que há mudanças climáticas. Por isso, o Brasil sedia agora, em Salvador – está acontecendo hoje – o fórum do clima. E é importante, os povos estão lá para cobrar: “Olhe, as mudanças climáticas acontecem no mundo, e no Brasil também não é diferente”. As mudanças climáticas alteram os ciclos da produção de alimentos, o ciclo das águas e a vida do povo. Então, nós não podemos ter a posição de um presidente que desconhece as políticas ambientais até então tratadas no País e, acima de tudo, que não acredita que as mudanças climáticas vêm, de fato, alterando a vida do povo.

Em segundo lugar: o desmonte dos instrumentos de controle e de comando da política ambiental brasileira. Nós temos notícia que o governo federal bloqueou 38% do orçamento para a prevenção e o controle de incêndios florestais, num montante de R\$17.500.000,00.

Então, nós estamos ainda no começo, e lamentavelmente o nosso pronunciamento é para denunciar essa onda de desastres ambientais de proporções gigantescas, que compromete a sustentabilidade e o futuro das gerações. Que consequência nós teremos com o fim do fundo amazônico? Que consequência nós teremos com o bloqueio dos recursos de países de primeiro mundo, que ainda acreditam na conservação ambiental como um fator importante para o desenvolvimento e para a sustentabilidade? A gente sabe que a floresta amazônica, inclusive para nós, do Sudeste, na manutenção do clima e do sistema hidrológico do continente, é fundamental. O Sudeste pode vir a ter um padrão climático semelhante ao dos nossos vizinhos, como o do deserto de Atacama, no Chile, e como o do deserto do Saara, em outro continente, nas mesmas latitudes.

Então, essa é uma denúncia grave. Nós precisamos nos posicionar de forma dura, firme, em defesa dos ativos ambientais, para salvar a Amazônia, para salvar o cerrado. Precisamos urgentemente de uma retomada e, conseqüentemente, de uma ampliação das políticas ambientais no País e aqui em Minas Gerais também; precisamos de governantes que tenham responsabilidade com nosso maior patrimônio e com o futuro das próximas gerações; precisamos de governantes que cuidem de sua gente – dos povos das águas e das florestas; aqui em Minas Gerais, de todos os povos e comunidades tradicionais que estão espalhados pelos diversos biomas de Minas. Queremos atitudes, queremos respostas concretas. Não queremos mais usar esta tribuna para chamar a atenção sobre a grave crise ambiental que estamos vivendo; e conseqüentemente essa crise afetará a vida dessas comunidades.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)* – Deputada Leninha, obrigada pelo aparte. Quero parabenizar a senhora por trazer um problema tão grave que atinge a todos nós. Infelizmente nós temos uma mídia muito voltada para atender aos espetáculos da violência e que não dá a devida atenção a esse problema. Ontem nós passamos o dia acompanhando a violência como um espetáculo; uma narrativa, pelas mídias, que só nos deixou ainda mais perplexos e mais amedrontados.

Vejo muitos colegas falando em nome da família, deputada, mas me assusta quando eu vejo um jovem na idade do meu filho, um jovem de 21 anos de idade, produto de uma sociedade doente, de um Estado que não cumpre com seu papel social – porque nós estamos vivendo numa sociedade adoecida –, de um Estado ausente de políticas públicas voltadas para a saúde mental das pessoas... Esse jovem foi fuzilado em rede nacional, e a gente assiste ainda autoridades políticas comemorando uma situação dessa. Não é só grave, nós estamos falando de um país hoje que está comemorando a desgraça alheia. Por isso eles não têm olhos nem ouvidos para uma parlamentar negra, que ocupa esta Casa com os mesmos processos eleitorais que os demais que estão aqui há dezenas de anos.

Nós estamos falando e denunciando cotidianamente um extermínio da juventude negra, um projeto de Estado de exterminar o nosso povo, e isso é motivo para outras autoridades políticas comemorarem publicamente. Nós estamos falando do fim da democracia se a gente usar a tribuna desta Casa para comemorar a morte de um jovem que foi abandonado pelo Estado. E isso não é só um problema com a juventude. É, sim, muito preocupante ver como a sociedade adoecida pode levar um jovem a cometer o que ele

cometeu. Mais de trinta pessoas também na mão do medo, que é o que este presidente da República continua fazendo, impondo o medo sobre as pessoas. Isso não é política, isso não é legítimo, isso não é legal. Não é legal um deputado subir à tribuna para ficar incitando morte e incitando violência. O que a gente passa aqui, todos os dias, é, sim, um fuzilamento do corpo negro. E é por isso que estou aqui para incomodar. E vou continuar fazendo isto, denunciando a farsa que é essa democracia branca, que só mata os negros. Isso não é política de segurança, e não tem nenhuma competência o policial que continua só matando, porque não é esse o papel do agente de segurança pública. Obrigada pelo espaço.

A deputada Leninha* – Obrigada, deputada Andreia. Compartilho do sentimento de todos que acompanharam ontem. A gente lamenta é o gesto de comemoração, porque para a gente, pela TV, não ficou bastante claro que tipo de comemoração era: se era pela ação dos militares, pelo desfecho; se era por uma vida. Lamentamos, porque todas as vidas são importantes. A dos policiais é importante, de todos é importante. Mas nós temos denúncias graves mesmo com relação ao extermínio da população negra nas periferias, nas quebradas, abandonada por um estado que se ausenta de política de desenvolvimento social, de educação.

Nós, inclusive, conclamamos em Minas a escola de tempo integral, que todos os nossos colegas mencionaram aqui – muito mais uma ferramenta, um instrumento para a gente poder disputar essa juventude na sociedade, tão abandonada pelas políticas públicas.

Para encerrar, para não falar que a gente só trouxe lamentos, queria também registrar, de forma pública, que nós participamos, e a deputada Andréia também esteve em Brasília, da Marcha das Margaridas. Foram mais de cem mil mulheres presentes nessa marcha para denunciar todo o tipo de violência contra as mulheres, a ausência de política pública, o aumento do feminicídio. Por isso a gente compartilha da agenda, que foi já anunciada aqui pela deputada Marília. Nós, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na sexta-feira, às 9 horas, estaremos lançando um concurso de redação, para também marcar o Dia de Combate ao Feminicídio como um dia também de formação, um dia de informação e de envolvimento das crianças, da juventude nesse tema tão importante para todos nós. Precisamos mudar essa cultura da violência contra a mulher como uma coisa natural, naturalizada. “É mais uma.” Dessa forma, envolvendo as escolas do Estado, com certeza elas serão parceiras desse grande projeto que a gente acredita que seja importante para o nosso futuro. Para a gente ter menos mulheres ou nenhuma mulher assassinada, nenhuma mulher violentada nessas gerações que estão presentes nas escolas da rede estadual. Muito obrigada, presidente.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas, tenho visto e ouvido vários discursos a respeito da questão do que aconteceu no Rio de Janeiro. Eu não compactuo, de nenhuma forma, com a vibração em favor da morte de alguém. Primeiro porque eu acredito que o governador do Rio não estava vibrando com a morte, ele estava vibrando pelo salvamento de 37 vidas.

Ninguém sabe o que tinha lá dentro. Lá havia 6 litros de gasolina, amarrados dentro do ônibus, em pontos estratégicos. A arma era de brinquedo? Sim, mas ninguém sabia. Como é que você vai saber se o cara está usando uma arma de brinquedo?

Também não foi em razão da cor, da raça, da etnia dele, não. Se fosse, qualquer um outro também teria sofrido a mesma ação. Tentaram de todas as formas.

A questão do *sniper* só funciona quando não existe mais alternativa de discussão do fato, e isso aconteceu lá. Depois, o governador explicou que ele estava, realmente, comemorando o salvamento de 37 pessoas. Era uma pessoa que precisava de tratamento, estava com problema de depressão, que é uma doença do século. Agora, temos de entender que, do lado de lá, há a mãe dele, que vai chorar. Mas poderia ter sido muito pior se tivéssemos mães de 37 filhos, da mesma forma que a mãe dele, chorando. Tanto que a mãe e o pai dele pediram desculpas às famílias dos reféns que estavam dentro do ônibus. Olhem, eu só estou falando isso aqui porque sou uma pessoa que trabalhou a vida inteira combatendo a criminalidade, procurei de todas as formas fazer justiça e nunca torci para o pior acontecer. Aconteceu, infelizmente, mas de uma forma menos grave.

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir o apoio de V. Exa. Recebi aqui lideranças dos produtores de leite do Estado de Minas Gerais, do Brasil, que sofrem muito. Estamos vendo a importação do leite do Uruguai. A gente não sabe que leite vem, qual o tipo de produção, qual a categoria do leite e como é produzido, se é bom ou ruim. Mas o leite brasileiro é da melhor qualidade. O leite mineiro representa uma bacia leiteira enorme. Precisamos ajudar o produtor de leite do Estado de Minas Gerais. Não sei de que forma, mas estamos aqui com uma proposição de criar uma frente parlamentar de apoio ao produtor de leite do Estado de Minas Gerais. Gostaria de pedir a V. Exa., que sempre foi e sempre vai ser a liderança maior dessa questão, da produção de leite... Não podemos mais deixar o produtor de leite vender o leite R\$0,10, R\$0,20, R\$0,30 mais barato do que custa para ser produzido. Hoje, o produtor gasta R\$1,50, R\$1,40 para produzir 1 litro de leite, que ele está vendendo a R\$1,10. A gente tem visto, através das redes sociais, produtores e mais produtores vendendo o seu rebanho, vendendo as suas vacas para evitar um prejuízo maior. Então, precisamos trabalhar.

Quero mandar o meu recado a um deputado lá de Goiás, Amauri Ribeiro, um cara que tem defendido o produtor de leite de todas as formas. Pode contar comigo, deputado. Você tem aqui, em Minas Gerais, um parceiro. Já tirei leite quando era menino. Você levantar todo dia cedo, todo dia cedo para perder menos é um absurdo! E é isso que está acontecendo com o produtor de leite.

Gostaria de falar também, Sr. Presidente – ontem, queria ter feito uma participação, mas, infelizmente, o horário já estava no final – a respeito da reunião que tivemos com a equipe de governo. Tivemos uma reunião das 10 horas da manhã até 15h30min e, às 16 horas, foi demitido o secretário de governo, que participou ativamente da reunião com a gente, eu e os deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Coronel Sandro, os deputados federais Léo Motta e Subtenente Gonzaga e as lideranças das entidades, os representantes das entidades, das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, dos sistemas socioeducativo e prisional.

Foi levada uma pauta de reivindicação, e nessa pauta constava o quinto dia útil, o 13º salário, constava a recomposição salarial de 27,5%, que já vigora hoje, e ainda o pagamento das férias-prêmio para os policiais civis. Há policial civil que se aposentou há quase cinco anos e até hoje não recebeu.

Infelizmente, o último governo não pagou muita gente. Alguns policiais que se aposentaram estão morrendo sem receber e outros, prescrevendo. Existe uma necessidade de buscar isso para não haver prescrição. Nós colocamos isso na pauta porque essas férias são direito do policial, são direito do servidor público. Eles ficaram trabalhando, não receberam, e agora é direito deles. Nós temos que buscar isso. Onde houver o direito, nós temos que ir.

Eu queria ter participado ontem, ter colocado isso. Coronel Henrique, em relação à recomposição salarial, ficou agendada uma reunião para o dia 16 de setembro, quando o governo, naturalmente, falará o que vai acontecer. Com relação ao 13º salário, existe uma engenharia financeira sendo providenciada pelo governo; e, se ele conseguir - isso foi colocado como um compromisso -, o pagamento do 13º salário sairá no dia 21 de dezembro. Caso essa engenharia não dê certo, será pago em três parcelas: nos dias 21 de dezembro, 21 de janeiro e 21 de fevereiro. Com relação ao salário, se essa engenharia der certo, o pagamento do 13º salário sairá para todos os servidores no dia 21 de dezembro, e o pagamento do salário sairá no quinto dia útil para todos os servidores. Pelo menos, isso foi colocado pela equipe do governo. Não sabemos até que ponto isso será firmado, porque o secretário foi demitido meia hora depois.

Nós temos que acreditar que o Estado vai cumprir esses compromissos. Esse foi um compromisso do Estado. Eu ouvi ontem alguns detalhes. Falaram que nós estamos buscando isso, e o governo está fazendo um compromisso só com a segurança pública. Não. O governo fez esse compromisso e falou que vai cumpri-lo com todos os servidores. E nós precisamos é disso. É claro que eu defendo a minha bandeira, que é a da segurança pública, mas eu acredito que todos devem defender a sua bandeira.

Quanto à bandeira da educação, eu sempre tive um carinho muito especial pelos educadores, os educadores que eu conheci a vida toda, que fizeram a minha formação, que formaram a minha esposa, os meus filhos. Eu tenho gratidão por aquilo que me ajudou a ser o que eu sou. Aprendi a ser uma pessoa de bem, muitas vezes, na escola, e com o meu pai e com a minha mãe. Eu tenho

muita gratidão pelo professor e acho que os professores também têm que receber em dia, têm que receber a recomposição que for necessária.

Eu não sei como estão essas coisas, mas podem ter certeza de que eu serei um partícipe e um braço aliado daqueles que buscam os benefícios tanto para o professor quanto para a segurança pública. Eu tenho visto muitas policiais, companheiros meus, praticarem o autoextermínio e morrer porque não conseguem mais viver recebendo um mês, dois meses atrasado. Quando ele vai ao banco fazer um empréstimo, presidente, ele já vai com uma dívida muito maior, e ele tem que pagar isso. Então, nós precisamos trabalhar em busca de bons resultados.

Sabemos que a situação do Estado está difícil. Eu falo para muita gente: o governo pegou um estado falido, arrebatando. Pegou, mas ele sabia que ele estava se casando com uma viúva e que a viúva tinha filhos. E os filhos, quem são? São as pessoas da segurança pública, da educação e da saúde, que são obrigação do Estado. Então, é isso que eu tenho colocado, e vou estar sempre aqui para ajudar a defender essas questões.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Eu apenas queria fazer um registro em relação ao que V. Exa. falou no início do seu pronunciamento sobre a agricultura e sobre os servidores públicos. V. Exa. fez um registro a respeito dos episódios do Rio de Janeiro. Eu também queria deixar um registro aqui. Já fui um crítico desta tribuna muito severo das injustiças cometidas com o presidente Lula, com o então juiz Sérgio Moro, com o promotor que comandou aquele espetáculo todo.

Já fui crítico às políticas do atual governo, à política armamentista do governo federal. Por isso mesmo faço questão de dizer aqui que aquele episódio do Rio de Janeiro tem que ser enxergado com lentes distintas dessas outras.

Estive no dia seguinte lá em Janaúba, no episódio da tragédia da creche daquela cidade, onde, através de produtos incandescentes, morreram 14 pessoas, inclusive o próprio agressor, que tinha problemas mentais, mas que ninguém sabia. Ele havia sido demitido, tinha suas razões, mas provocou aquela tragédia.

Então, sou forçado a dizer que é muito diferente daquele episódio a atitude que foi tomada pela polícia do Rio de Janeiro. Não quero aqui discutir a atitude do governador, se ele comemorou isso ou aquilo. É uma questão dele, e lamento que isso tenha ocorrido. Reprovo, pois não é momento para comemorar coisa alguma. É para lamentar que algo em nossa sociedade assim exista. Porém me senti na obrigação de vir aqui dizer que a atitude da polícia lá no Rio de Janeiro nesse episódio foi muito diferente do que sempre critiquei na tribuna com ênfase, com força. Nesse caso, qualquer polícia do mundo teria uma atitude como a do Rio de Janeiro.

Portanto, apenas quero fazer um registro do meu ponto de vista, que é diferenciado daquilo que critico com ênfase e daquilo que, lamentavelmente, sou obrigado a reconhecer como atitude necessária.

O deputado Delegado Heli Grilo – Obrigado, deputado.

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lamentavelmente ontem eu ouvi e li a respeito do ministro do Supremo, que impediu a prisão dos autores daquela chacina de Unai, onde foram assassinadas pessoas trabalhadoras, que eram os fiscais, de forma covarde. E não podemos admitir que na Corte Suprema deste País apareça alguém – como sempre aparece alguém lá – para proteger e defender esse tipo de ação.

Lamentavelmente, um ministro impediu a prisão dos autores fazendo as alegações... Dizem que é um ministro extremamente legalista, mas essa legalidade não pode acontecer com quem praticou a ilegalidade abertamente. Tirar a vida de seu semelhante porque ele está trabalhando? Ora, nós temos que acabar com isso. Nós temos que acabar com isso. Não sou favorável. Ele tem que pagar pelo que fez. Eles tiraram a vida dos trabalhadores que estavam ali cumprindo o seu papel, a sua tarefa. E, para fazer as coisas erradas, o que fizeram? Foram lá e mataram os trabalhadores, os fiscais. Está errado! Este Supremo Tribunal precisa mudar um

pouco o seu raciocínio. Pau que bate em Chico tem que bater em Francisco. Eles precisam tomar as mesmas medidas para todos, porque, de repente, a condenação em segunda instância não vale para alguns. Tem de valer para todo mundo.

É só isso. Sr. Presidente, agradeço a vossa excelência.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Andréia de Jesus* – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados; boa tarde àqueles que acompanham pelo Plenário; boa tarde também àqueles que estão acompanhando pela TV Assembleia.

Venho à tribuna, depois de um bom tempo ausente neste espaço, trazer algumas reflexões.

Hoje já comecei falando, na parte da minha colega da Comissão de Direitos Humanos, de como está assustadora e doentia a nossa sociedade, que aplaude ou se silencia diante de violência. Queria complementar a minha fala, dizendo como ainda acho pouco produtiva a nossa atuação aqui, na Casa. Não apresentei projeto de lei ainda. Não acho que é o momento. Mas, no início do mandato, fizemos uma audiência pública aqui, presidente, para tratar da liberdade religiosa. Foi um dia antes da decisão de um julgamento do STF sobre o abatimento de animais em religiões de matriz africana. Nessa audiência, elaboramos um requerimento direcionado à Polícia Militar, pedindo providências em relação ao atendimento das comunidades tradicionais, pensando também em como poderíamos contribuir para que a Polícia Militar pudesse ter uma formação não só em direitos humanos, mas também para entender como a polícia e os agentes de segurança pública podem contribuir para o combate ao racismo, que se manifesta diariamente também entre as religiões de matriz africana.

Um pedido de providência do mês de março foi respondido agora pela polícia. Acho que é um ponto positivo. A gente obteve resposta desse requerimento. Mas a resposta da polícia é que ela não precisa, que não há necessidade de ampliar as atividades de formação dos policiais, nem sequer de expedir novos documentos e orientações para os temas relacionados às relações étnico-raciais, com ênfase, principalmente, em direitos aos povos de terreiro.

É importante a gente trazer essa resposta do requerimento, presidente e colegas, porque, na Assembleia Fiscaliza, indaguei ao comandante-geral da Polícia sobre esse mesmo fato, de como o Legislativo, ou seja, como poderíamos contribuir para essa formação, a fim de não só reconhecermos, mas também de darmos tratamento às ações policiais que hoje têm, sim, um cunho, um viés racista, porque as vítimas, sendo elas inocentes ou não... Esse não é o conceito que carrego, porque trabalho com direitos humanos e não com humanos de direitos. Eles continuam agindo de forma racista com o povo negro, dando tratamento diferenciado. Isso os dados apresentam. Entre os mais de 800 mortos este ano, 95% são negros e pobres. Essas mortes estão relacionadas aos agentes de segurança.

No mais, são cinco mil vezes mais o número de pessoas encarceradas. Mais uma vez, esse sistema de segurança pública e as políticas de segurança pública no País e no Estado de Minas Gerais têm um único foco, que é o encarceramento da população negra. Então, não é o sentimento de que o rapaz de 21 anos morto ontem era negro. Não é o sentimento. Os dados apresentam que a segurança pública tem um único alvo: a população negra. Aí, a polícia responde que não precisa de formação com recorte étnico-racial para saber lidar com esse racismo imposto, porque, desde que ela nasceu, é o verdadeiro capitão do mato correndo atrás dos escravos que têm liberdade. A Polícia Militar ainda não reconheceu isso e não sabe lidar com a liberdade alheia.

Mas, na Assembleia Fiscaliza, o comandante-geral respondeu que está aberto para a gente construir junto protocolos de atendimento aos terreiros e às matrizes africanas que sofrem ataques diretos das igrejas pentecostais e também de pessoas desavisadas e alimentadas por um racismo que passa, sim, pela formação educacional, passa, sim, pela mídia golpista, “treteira”, que continua alimentando o racismo, porque isso coloca a gente fora de espaços, como a Assembleia Legislativa que é o espaço do povo. Mas há uma segregação, porque é a primeira vez na história desta Casa que temos mulheres negras se sentando nessas cadeiras. Nós estamos falando não só de garantir a vida das pessoas, como também garantir o direito à cidadania e à representatividade. Então, o comandante-geral se colocou aberto para a gente construir um protocolo de atendimento, porque, mesmo as delegacias especializadas,

que já são um avanço... Temos de reconhecer que as delegacias especializadas em crimes raciais têm dificuldade de entender e transformar as queixas em boletim de ocorrência e em inquérito. As coisas sempre chegam lá e ficam como um mal-entendido. Mas não há mal-entendido, há dados contundentes de que estamos num processo, não de segurança pública. É, sim, um projeto de extermínio que começou desde o projeto de branquitude, que foi um convite para trazer os europeus para ocuparem o lugar dos escravos, e que agora seriam assalariados. Eles não reconhecem o direito do povo negro, sequer de ter emprego fixo e ser um assalariado. Tanto que, ao tomar posse, esse presidente acabou com o Ministério do Trabalho, porque ele nunca trabalhou, sempre viveu de exploração, de um trabalho que não tem mais-valia alguma - em 28 anos de Parlamento, ele conseguiu aprovar, no máximo, dois projetos de lei. Ele tem mais tempo de Parlamento do que eu tenho de vida e chega destruindo políticas que foram construídas com o suor do povo.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputada Andréia. Eu queria destacar duas questões na sua fala. A primeira é sobre essa coisa que a gente vem sempre tratando aqui: o respeito, a tolerância às religiões de matriz africana. Cada vez mais a gente acompanha casos. Outro dia ouvi o caso de um terreiro chamado Nogueira, lá em Montes Claros. Desde muito cedo eu me lembro de que lá, na minha cidade, os terreiros ficavam no centro dos bairros e, à medida que o tempo foi passando, eles foram sendo jogados para periferias cada vez mais distantes, ou seja, uma forma violenta de higienização religiosa. Estou falando isso porque cada vez mais a gente recebe denúncias de perseguição, de atentados contra os terreiros, contra as manifestações, os rituais das religiões de matriz africana.

De fato, estar aqui no Parlamento falando sobre isso pode fazer com que as pessoas achem que esse assunto não tem nenhuma importância, mas como você mesma disse, pela primeira vez, estão sendo tratados de uma forma muito forte, assuntos como o racismo, o preconceito, a intolerância ou o baixo ou nenhum respeito às religiões de matriz africana. Eu compartilho dessas preocupações e creio que a gente precisa ter no Estado formação, orientação que diga respeito a isso, ou seja, como lidar provavelmente com denúncias por causa do toque de tambores que vai até a noite; como lidar com os rituais dos terreiros espalhados pelo Estado.

A segunda coisa tem a ver com o que você disse em relação a essa questão do racismo, temos no Brasil cada vez mais endereço nas quebradas, nas periferias, onde o Estado não está presente. A outra coisa está relacionada aos presídios.

Hoje a matéria do jornal *O Tempo* fala da nossa incapacidade de criar mais vagas, como se isso fosse uma solução. A informação que nós temos é que mais de 40% dos aprisionados do sistema penitenciário de Minas Gerais já poderiam estar em liberdade. Então, você tem também um sistema que mantém aqueles que não têm condição de ter advogado, aqueles que não têm condições de ter nenhuma proteção, encarcerado por anos e anos. É necessário que o Estado reconheça essa fragilidade do sistema penitenciário que recai não só nos encarcerados mas também nos agentes penitenciários, que já vieram aqui, já fizeram manifestação, que já colocaram que as condições de trabalho estão insalubres. Eles não estão em condições de fazer nenhum tipo de ação dentro do sistema penitenciário.

Então, cabe ao Estado, na minha avaliação, fazer uma reunião de trabalho sério, envolvendo os vários órgãos, para tratar de um grande mutirão, inclusive para rever processos, para a gente poder ir construindo outras políticas que não só a criação de novas vagas, mas principalmente uma política pública devolutiva, que poderá também ser do desenvolvimento social, das oportunidades e do trabalho social nas quebradas e nas periferias. Obrigada.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Deputada, eu só queria parabenizá-la e agradecê-la pelas discussões e pautas que V. Exa. traz a este Plenário.

As relações não são iguais. Brancos e negros não são tratados da mesma forma. Qualquer pessoa que suba a esta tribuna e diga que é igual diz uma grande hipocrisia, uma grande mentira. Então, parabéns, Andréia, pelo enfrentamento que você, como mulher negra que chega ao Parlamento, faz todos os dias nas relações de violência cotidianas, que estão intrínsecas às relações de

poder. Muito obrigada, porque você abre caminho para que novas mulheres negras oriundas da classe popular entendam que aqui também é o lugar delas, porque isso é representatividade. Muito obrigada.

A deputada Andréia de Jesus* – Obrigada, deputada. Só para concluir, presidente, porque o tempo está se esgotando e eu sou uma pessoa que cumpre as regras, por ser advogada há muitos anos. Falar de racismo, que é um problema estrutural no Estado brasileiro, não é um ataque. E a gente trazer este debate para esta Casa é dizer da importância de um país, de fato, ser democrático e soberano, reconhecendo que a gente precisa, sim, reparar danos históricos. Esses danos históricos têm mantido uma população inteira em situação vulnerável, e a resposta para elas continua sendo as armas, mais armas, mais repressão. Isso é inadmissível. Não estamos tratando de democracia enquanto a estivermos dando uma única resposta para os mais vulneráveis, como a repressão, o Estado violento, a militarização dos espaços e da polícia.

Precisamos discutir de forma íntegra, moral, tranquila, como superar um Estado e uma sociedade construída na base da escravidão de outros seres humanos. Isso continua sendo repetido, e a gente está aqui para dizer: quero contribuir com aqueles que querem lutar conosco, e por isso estamos juntas. Obrigada, mulheres que puderam contribuir com o debate. Estamos juntas. Obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde. Boa tarde a toda população presente. Boa tarde aos servidores desta Casa, deputados e deputadas.

Vou começar a minha fala lembrando que a gente deve seguir a Constituição, mas a lei que mais sigo é a Bíblia, são as passagens bíblicas. Há dez mandamentos, mas se a gente seguir um mandamento, a gente segue os outros nove mandamentos que Jesus ensinou. “Amar ao próximo como a ti mesmo”. Então, se você ama o próximo como a ti mesmo, você não vai roubar, você não vai matar, você não vai tirar, você não vai adulterar.

Então é só seguir esse mandamento, mas infelizmente esse mandamento, na prática do ser humano, não tem como seguir, a maioria não segue.

A gente não tem que comemorar a morte, não, mas, a partir do momento em que tem aquele cara, aquele estuprador, que matou uma mulher, matou duas, matou três, matou quatro, matou cinco, e esse desgraçado pega e morre, esse a gente tem que comemorar, porque Deus é amor, mas Deus é justo. Então um cara que sai da casa dele com o intuito de matar, de estuprar, de acabar com a família, se esse cara morre, é melhor ele morrer do que uma família que é honesta, que é trabalhadora morrer. Então a gente não está aqui para comemorar a morte, não, mas para desgraçado que faz mal para os outros, você pode ter certeza de que... Ponham uma coisa na cabeça de vocês: Deus é amor, mas Deus é justo, não é?

Quería falar sobre outra situação também. A gente aprovou a emenda à Constituição aqui, para colocar emenda de bancada. Eu queria aqui falar bem claro, principalmente para o pessoal do Norte de Minas, que, quando tiver essa emenda de bancada, eu quero ajudar o Norte de Minas, sabe? A minha região precisa, mas o Norte de Minas, pois eu estou rodando o Estado inteiro... Eu tenho propriedade para falar, porque estou rodando todo o Estado. Todas as regiões no Estado eu já rodei. As regiões que mais me chamam a atenção são o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas. Então no que eu puder fazer no meu mandato, olhando por vocês também, vocês contem comigo. Vamos ter essa emenda de bancada agora, e eu tenho aqui um compromisso durante esses quatro anos, de ajudar o Norte de Minas.

“Você teve voto lá, Cleitinho?”. Não sei. Eu não entrei na política, porque a maioria faz isso... Eu me lembro de quando virei vereador, e o pessoal chegou para mim e falou assim: “Cleitinho, agora você olha a votação que você teve no bairro tal, no bairro tal, no bairro tal”. Eu não olhei votação nenhuma, porque, a partir do momento em que eu ganhei para vereador, eu seria um representante da minha cidade inteira. E é o mesmo caso agora. Como eu sou um deputado, agora, não sou um deputado só daquela região que votou em mim, não. Sou um deputado do Estado inteiro, porque todo o Estado paga o meu salário. Até quem não gosta de

mim paga o meu salário. Então eu tenho que representar todos. Eu aprendi na vida pública que eu tenho que representar até quem não gosta de mim.

E eu acho o seguinte. A gente tem que dar prioridade. O que é prioridade? A minha região é prioridade? É prioridade, e eu vou ajudar a minha região, mas existem outras prioridades maiores. A Região do Norte de Minas é uma prioridade maior, e eu acho que todos os deputados deveriam se empenhar, se unir, para poderem olhar para o Norte de Minas. Durante o meu mandato aqui, o que eu puder levantar a voz para o Norte de Minas... Independentemente de ter tido um, dois, três votos... Não interessa! Como eu disse aqui: amar ao próximo como a ti mesmo. Então a gente tem que olhar para o próximo, olhar para quem precisa. Eu acredito que o Norte de Minas não tem que ser olhado só em época de campanha, não. Tem que ser olhado sempre durante o mandato.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Deputado Cleitinho, eu quero só expressar a minha concordância com V. Exa., com o que estava dizendo no início de sua fala, quando falou que nós não comemoramos a morte, mas tem gente que... Você não vai resolver com florzinha, camisa branca e abraço, na Lagoa Rodrigo de Freitas, como fazem no Rio de Janeiro. Talvez lancem a moda e queiram abraçar também aqui a Lagoa da Pampulha. Eu ouvi de outra deputada que o Estado oferece a violência aos mais vulneráveis. O Estado não oferece violência aos mais vulneráveis. O Estado oferece violência aos bandidos e tem que combater violência com violência. Você não combate violência com flor. Se o bandido está atirando no policial de fuzil, o fuzil não vai chegar com uma pombinha branca e pedir: “Por favor, pare de dar tiro”. A polícia vai atitar de volta e, com sorte, vai matar o vagabundo.

A gente viu o caso que repercutiu ontem no Brasil inteiro, do sequestrador do ônibus que morreu. Morreu porque estava em situação de vulnerabilidade social? Morreu porque não tinha oportunidade? Não, morreu porque sequestrou um ônibus; morreu para salvar a vida de 37 pessoas que ele fez reféns. Então o Estado tem, sim, que se fazer presente contra a criminalidade. Em um estado forte contra os criminosos não quer dizer que não vai haver investimento no social, que nós não vamos fazer trabalho para as crianças, que nós não vamos buscar o desenvolvimento das camadas mais vulneráveis.

Agora, colocar o combate a bandidos como combate às pessoas pobres é uma desonestidade intelectual e um ataque injusto às nossas polícias, que fazem um excelente trabalho com os poucos recursos que têm, com déficit pessoal, para manter a população de bem, boa parte pobre – porque a grande maioria dos pobres é população de bem e também sofre com os bandidos... Eu acho engraçado. Quando você mata um bandido, dizem: “Estão atacando os pobres”. Não, pobre também não gosta de bandido. A grande maioria é de cidadãos de bem em todas as classes sociais. A gente sofre, na nossa sociedade, com os 10%, 20% de pessoas que são bandidos e que aterrorizam a vida do resto.

Então quero deixar consignada aqui a concordância de que o Estado tem que ser violento contra aqueles que violentam a sociedade.

O deputado Cleitinho Azevedo* – É isso aí, Bruno. Acho que, com um governo justo, o povo se alegra. Então, vamos dar amor a quem oferece amor, e, com quem sai de casa para matar, para estuprar, para sacanear alguém, vocês podem ter certeza de que Deus também é justo – vamos sempre nos lembrar disso.

Há uma situação também: eu estou até rodando todo o Estado de Minas Gerais, e existem vários hospitais regionais parados, abandonados – devem ser quase R\$500.000.000,00 parados. A gente sobe aqui e a gente reivindica pela questão do ex-governo, que foi do PT, mas essa situação aconteceu também no ex-governo do PSDB do Anastasia e do Aécio. Como a gente está aqui hoje, a responsabilidade é da gente; é responsabilidade do secretário de Saúde, é responsabilidade do governador Zema e é responsabilidade desta Casa também propor ideias, propor sugestões para que a população possa usufruir daqueles elefantes brancos de lá. O que não pode é continuar do jeito que está lá. Se não me engano, são 11 hospitais regionais que estão abandonados, que estão parados. É dinheiro público que está parado, do qual a população deixa de usufruir, por má gestão e incompetência.

Então, a gente tem que fazer algum plano de governo para resolver esse problema. Na minha região, em Divinópolis, há um hospital regional, e eu e o deputado federal Domingos Sávio já propusemos algumas ideias, algumas alternativas para o Romeu Zema.

Ele e o próprio secretário se comprometeram a tomar as iniciativas que precisam ser tomadas com relação a esse hospital. A gente vai fazer uma parceria junto com os consórcios também, para a gente poder, lá na nossa região, resolver esse problema do hospital regional. Acho que, de todos os hospitais regionais, ele é o que menos falta – parece-me que faltam 10% ou 15% para finalizar a obra.

Então, acho que é de suma importância a gente colocar essas questões aqui dentro da Assembleia para a gente propor soluções para esses hospitais regionais. O que não pode é ter R\$500.000.000,00 parados, de que a população poderia usufruir.

O deputado Gustavo Santana (em aparte)* – Obrigado, deputado e meus colegas parlamentares. Parabenizo-o pelo seu trabalho fiscalizando, rodando Minas Gerais, como ouvi das palavras enaltecidas pelos nossos colegas.

Como ontem eu estive com agenda externa, não pude falar aqui, mas gostaria de deixar um parabéns ao comando do Bope do Rio de Janeiro, ao coronel, pelo excelente trabalho feito; um trabalho maravilhoso, não só por ter salvado a vida das pessoas que estavam no ônibus, mas principalmente por ter tirado um bandido da rua, porque bandido, para mim, é bandido morto. Nós não podemos deixar a bandidagem dentro de uma cadeia, com o preço que é pago pelo pessoal de bem, que trabalha por Minas Gerais, gastar o que gasta, e ter um bandido tentando tirar a vida dos outros.

Então, está de parabéns o comando. Que seja um exemplo não só para o Rio de Janeiro, mas para Minas Gerais e para o Brasil. Peça a esta Casa, presidente, que mande uma mensagem de parabéns ao comando do Rio de Janeiro. Que Minas Gerais tenha esse mesmo exemplo. A pessoa que é cidadã de bem vai trabalhar, vai fazer as coisas de bem; agora, quando quer fazer bandidagem, a polícia tem que estar solta, com total apoio nosso, para acabar com essa bandidagem que está havendo em nossa Minas Gerais e em nosso Brasil.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado, Gustavo. Subo muito aqui também para trazer um pouco de reflexão, de consciência política. A gente está rodando o Estado inteiro, dando a cara para bater, e a gente recebe muitas mensagens. Acho que falta orientação para a população, falta um pouco de conhecimento para saber qual é a função de um deputado, o que é legislar, o que é fiscalizar. Na maioria das vezes, vem muito pedido que não tem condição... Eu queria mostrar este pedido para vocês aqui – não sei se vai ter como eu mostrar a vocês –, mas depois eu queria falar sobre essa questão desse pedido.

(– Aproxima o celular do microfone.)

É o seguinte – acho que ele ficou até sem graça na hora de falar, ele até gaguejou; vocês não entenderam o que ele falou: ele estava me pedindo uma moto, se eu tinha condição de dar uma moto a ele para ele fazer campanha, porque no ano que vem há campanha de vereador. Ele quer pegar essa moto por um ano, porque há a campanha, para poder visitar as comunidades. Gente, a fonte de renda que o deputado tem é através do salário dele. Na maioria das vezes em que chega pedido, é moto, é apoio, é patrocínio. Deputado não é para isso. Na maioria das vezes que um político faz isso – quero deixar isso bem claro para vocês... Vocês podem ter certeza que, quando um político ajuda patrocinando time de futebol, pagando isso, pagando aquilo, pagando conta de luz, pagando conta de água, ele não tira do salário dele, porque o salário dele não dá. Vocês acham que ele tira de onde? Perguntem de onde ele está tirando. Por que vocês acham que há corrupção? Vocês acham que, se eu der uma moto a um cara desse, eu vou tirar do meu salário? O meu salário vai dar para eu comprar uma moto para ele, por mais que eu ganhe bem? Vocês estão entendendo? É isso que a gente precisa mudar. Na maioria das vezes em que um político é corrupto, na maioria das vezes em que se corrompe, é porque há algumas pessoas que fazem o político se corromper. Não há condição! Uma situação dessa, um cara desse vir me pedir uma moto! Vocês estão entendendo?

Isso aqui é o de menos. Isso aqui, no meu telefone, estão uns 150 pedidos todo dia. É moto, é televisão, é patrocínio. Eu fico tentando entender uns caras. Primeiramente, não tem nada a ver a gente ajudar umas crianças carentes, ajudar com campo, com colete, com jogo de camisa. Agora, marmanjo que, chega no final de semana, vai beber cachaça, e a conta deles no bar deve ficar R\$300,00, e eles têm coragem de pedir um jogo de camisa para a gente. Se juntar todos eles, 20 pessoas dividindo, dá R\$20,00 para cada. Eles têm coragem de pagar R\$50,00 numa conta de bar, mas não têm coragem de comprar um jogo de camisa. E têm que fazer o

político pagar o jogo de camisa. Vocês estão entendendo? São direitos e deveres. Vocês cobram os direitos, mas vocês têm que fazer o dever.

Eu tenho condição de falar aqui, sabe por quê? Porque eu não roubo. Eu estou fazendo o que é certo dentro desta Assembleia. Eu faço o que a minha função manda, que é representar, fiscalizar e legislar.

Só para resumir, para vocês entenderem. Vai chegar a eleição, no ano que vem, esse cara vai estar numa rodinha de amigos, e aí talvez algum político tenha ajudado com uma bicicleta, com uma moto, não sei com o que esse político ajudou. Na hora que surgir meu nome, ele vai falar assim: “O quê? Eu vou ajudar o Cleitinho? Aquele desgraçado ganha bem. Na hora que eu pedi a ele uma moto, ele não me deu uma moto”. Aí daquele que o ajudou, ele vai falar bem. “Aquele deputado lá me ajudou, ele me deu uma moto.” Aí as pessoas vão falar para ele assim: “Mas ele rouba”. E vão falar assim: “O que tem ele roubar? Ele roubou, mas ele fez”.

A moral da história é esta: quem paga essas coisas para vocês aí, vocês podem ter certeza de que não está tirando do salário dele, não. Ele está roubando para poder satisfazer vocês. Então, vocês querem que o político tome vergonha na cara, alguns eleitores que gostam de vender o voto deviam tomar vergonha na cara também. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente, nos termos dos arts. 226 e 227 e do inciso XVIII do art. 7º da Constituição da República e à vista do Parecer nº 3.550, de 1998, da Procuradoria-Geral desta Casa, resolve conceder à deputada Ana Paula Siqueira, Matrícula nº 19.150, licença de 120 dias por ocasião do nascimento de seu filho, ocorrido em 20 de agosto de 2019.

Palácio da Inconfidência, 21 de agosto de 2019.

Deputado Agostinho Patrus, presidente